

FACULDADE CANÇÃO NOVA
SERGIO LUIZ GUSSEN DOS SANTOS

**NOVA EVANGELIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EXORTAÇÃO APOSTÓLICA
EVANGELII GAUDIUM:
DESAFIOS À MISSÃO EVANGELIZADORA CONTEMPORÂNEA**

CACHOEIRA PAULISTA – SP

2023

FACULDADE CANÇÃO NOVA
SERGIO LUIZ GUSSEN DOS SANTOS

**NOVA EVANGELIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EXORTAÇÃO APOSTÓLICA
EVANGELII GAUDIUM:
DESAFIOS À MISSÃO EVANGELIZADORA CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a conclusão do Curso de Teologia pela Faculdade Canção Nova, sob a orientação do Prof. Luís Gustavo Uchoa

CACHOEIRA PAULISTA – SP

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Orientador:

Prof. Me. Luiz G. Uchoa da Silva

Convidados:

Prof. Dr. Roberto Marcelo Silva

Prof. Me. Marcius Tadeu M. Nahur

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da minha vida, e pela graça de concluir a Faculdade de Teologia, agradeço também a minha esposa Odete pela sua ajuda e dedicação ao longo desses anos.

Agradeço também a minha família e

aos meus filhos por demonstrar todo seu apoio na realização desse curso.

Agradeço imensamente a faculdade Canção nova por esses quatro anos de dedicação em ensinar com Seriedade e sinceridade o conteúdo do curso de teologia.

Ao meu orientador Prof. Pe. Luiz Gustavo Uchoa da Silva, agradeço a grande dedicação e colaboração na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso e agradeço também aos demais professores que me ajudaram no meu ensinamento ao longo desses quatro anos, que Deus abençoe! cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, orientando-se pelo método ver, julgar e agir, discute os desafios da evangelização, na sociedade contemporânea, para uma Igreja que precisa se colocar em saída e ir ao encontro de todos. Trata-se de uma evangelização saída da noção de povo, capaz de se tornar uma pregação personalizada tanto aos mais próximos, quanto aos mais distantes. Evangelizar significa tornar o Reino de Deus presente no mundo e, por isso, a alegria do Evangelho tem preocupações relacionadas, diretamente, com a dimensão social da vida, a qual precisa estar bem esclarecida, pois, há o constante risco de se descaracterizar o sentido autêntico e integral de uma missão evangelizadora que a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* tem como verdadeiro propósito, vale dizer, transmitir o amor misericordioso de Deus, por meio dos ensinamentos de Jesus Cristo, que fixam o amor gratuito e incondicional de Deus, revigorando a alegria na vida de cada pessoa. A alegria do Evangelho preenche o coração e a vida inteira de todos aqueles que se encontram com Jesus Cristo. Todo aquele que se deixa salvar por Ele, é libertado não apenas do pecado, mas também da tristeza, do isolamento social, do vazio interior. Essa alegria se renova sem cessar, pois, não se pode tirar a dignidade desse amor infinito e inabalável de Jesus, que se entregou para que todos tivessem vida abundante. É seu amor invencível que possibilita a cada um de nós erguer a cabeça e recomeçar sempre, não obstante as mais difíceis situações do mundo contemporâneo, porquanto, nem a humilhação da cruz jamais foi, é e será capaz de abalar a alegria transbordante desse amor imortalizado no Cristo ressuscitado.

Palavras-chave: Ação Querigmática; Alegria Missionária; Igreja em Saída; Evangelização Renovada; Transformação Institucional.

ABSTRACT

This work, based on bibliographic and documentary research, guided by the method of seeing, judging and acting, discusses the challenges of evangelization, in contemporary society, for a Church that needs to go out and meet everyone. It is an evangelization that comes from the people, capable of becoming a personalized preaching to both those closest and the most distant. To evangelize means to make the Kingdom of God present in the world and, therefore, the joy of the Gospel is directly related to the social dimension of life, which needs to be well clarified, because there is the constant risk of mischaracterizing the authentic and integral meaning of an evangelizing mission that the Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium* has as its true purpose, that is, to transmit the merciful love of God through the teachings of Jesus Christ, that fix God's free and unconditional love, reinvigorating joy in each person's life. The joy of the Gospel fills the heart and the whole life of all those who encounter Jesus Christ. Anyone who allows himself to be saved by him is freed not only from sin, but also from sadness, social isolation, and inner emptiness. This joy is constantly renewed, because the dignity of this infinite and unshakable love of Jesus, who gave himself so that all might have abundant life, cannot be taken away. It is his invincible love that makes it possible for each one of us to raise our heads and always start anew, despite the most difficult situations of the contemporary world, because not even the humiliation of the cross has ever been, is and will be able to shake the overflowing joy of this love immortalized in the Risen Christ.

Keywords: kerygmatic Action; Missionary Joy. Church on Leaving; Renewed Evangelization; Institutional Transformation;

Lista de Abreviaturas

AG	<i>Ad Gentes</i>
CDC	Código do Direito Canônico
CDI	Compendio da Doutrina Social da Igreja
CIC	Catolicismo da Igreja Católica
COR	Coríntios
CPID	Catequeses do primeiro ano do pontificado – Igreja, Povo de Deus
DA	Documento De Aparecida,
EA	Exortação Apostólica Pós-sinodal <i>Ecclesia In Asia</i> ,
EG	<i>Evangelii Gaudium</i>
EN	<i>Evangelii Nuntiandi</i>
EO	<i>Ecclesia in Oceania</i>
FI	Filipenses
FR	<i>Fides et Ratio</i>
Jr	Jeremias
LC	Evangelho de Lucas
LI	<i>Laudato si</i>
MC	Evangelho de Marcos
MT	Evangelho e Mateus
RO	Romanos
SB	Sínodos dos bispos
ST	Suma Teológica
Tb	Tobias
2Ts	Segunda Carta aos Tessalonicenses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I: NOVA EVANGELIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS	11
1.1 Notas preliminares.....	11
1.2 Conceituação e caracterização da nova evangelização.....	11
1.3 Pilares fundamentais da nova evangelização.....	12
1.4 Desafios da nova evangelização na contemporaneidade.....	13
CAPITULO II: ANÚNCIO DO EVANGELHO	20
2.1 Notas preliminares.....	20
2.2 A evangelização como dever da Igreja.....	20
2.3 A pregação personalizada.....	25
2.4 A perspectiva social da evangelização.....	26
CAPITULO III: IGREJA EM TRANSFORMAÇÃO	37
3.1 Notas preliminares.....	37
3.2 A igreja “em saída”.....	37
3.3 A conversão pastoral e missionária.....	46
3.4 A missão encarnada nas limitações humanas.....	50
5.CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo apresenta às instituições complexos desafios a serem enfrentados. Eles são multifacetários, envolvendo questões ideológicas, políticas, econômicas, sociais e culturais que afetam a vida cotidiana das pessoas em todos os quadrantes do planeta. A Igreja Católica Apostólica Romana não está alienada em relação a eles, pois, como perita em humanidades, ela sabe o quanto eles afetam o cotidiano das pessoas nos mais diversos rincões do globo terrestre. O compromisso maior dela continua a ser a evangelização. Não uma evangelização cheia de propostas místicas desprovidas de um vigoroso compromisso social e missionário, nem uma evangelização carregada de discursos e ações sociais e pastorais sem uma espiritualidade que penetre e transforme o coração das pessoas.

Esta investigação, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, orientada pela metodologia do ver, julgar e agir, tem o objetivo de colocar em discussão o aspecto primordial da necessidade de renovação e comunicação do Evangelho, no mundo contemporâneo, repleto de desafios políticos, econômicos, sociais e culturais de toda sorte. Para enfrentamento dessa questão, traz-se como referência fundamental a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, que assinala a necessidade de renovação e comunicação da alegria da evangelização, diante de um cenário global de tantos desalentos humanos e sociais. Assim, no primeiro capítulo, é apresentada a conceituação, com as principais características, da nova evangelização, na perspectiva da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, bem como são abordados os três pilares fundamentais dessa nova evangelização, quais sejam, a causa missionária, a ação missionária e a pastoral missionária, além de se trazer um mapeamento dos desafios que se apresentam a essa nova evangelização na sociedade contemporânea.

No segundo capítulo, é tratada da evangelização como um dever da Igreja, porém, não como um dever de instituição orgânica e hierárquica apenas, mas, sobretudo, como um povo que peregrina para o conhecimento da Palavra de Deus. Aqui é discutida como essa nova evangelização, que sai dessa noção de povo, se torna uma pregação personalizada tanto aos mais próximos, como aos mais distantes. Com base na ideia de que evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo, são retratadas as preocupações relacionadas com a dimensão social da

evangelização, uma vez que, sem o seu devido esclarecimento, há o risco de se descaracterizar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora que a Exortação Apostólica coloca em foco, qual seja, o amor misericordioso de Deus.

No terceiro e último capítulo, é exposto o conceito de Igreja “em saída”, quando se pensa na necessidade de transformação missionária da Igreja, colocando-se a questão da conversão pastoral e missionária, de modo que todas as comunidades se esforcem para que haja significativo avanço nesse caminho, uma espécie de missão encarnada no mundo, dentro das limitações humanas, diante da necessidade de se progredir na interpretação da Palavra revelada e na compreensão da verdade.

Na conclusão, apresentam-se as principais ideias desenvolvidas ao longo do texto, notadamente, aquelas que retratam aquilo que a alegria da evangelização ainda pode preencher no coração das pessoas, neste mundo de tantos desatinos e inimagináveis desorientações, para os melhores rumos da vida.

CAPITULO I: NOVA EVANGELIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS

1.1 Notas preliminares

Neste capítulo, de início, é apresentada a conceituação, com as principais características, da nova evangelização na perspectiva da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Em seguida, vem expostos os três pilares fundamentais dessa nova evangelização, quais sejam, a causa missionária, a ação missionária e a pastoral missionária. Por último, são identificados os desafios que se apresentam à nova evangelização na sociedade contemporânea.

1.2 Conceituação e caracterização da nova evangelização

O Papa Francisco, por meio de uma exortação apostólica denominada *Evangelii Gaudium*, isto é, a alegria do Evangelho, procurou dirigir-se aos fiéis cristãos, a todos a fim de convidá-los para uma nova etapa evangelizadora, marcada por essa alegria, apontando lhes caminhos para o percurso da Igreja nos tempos vindouros.

Essa nova evangelização compreende a transmissão da fé cristã e a interpelação, e não apenas a grupos fragmentados e fechados da sociedade contemporânea. Ela envolve três dimensões: a pastoral ordinária, as pessoas batizadas, mas, sem vivência do sacramento, e a proclamação do Evangelho aos desconhecedores e aos recalcitrantes.

Por pastoral ordinária, entende-se aquela que é formada por '[...] fiéis que frequentam regularmente a comunidade, reunindo-se no dia a dia do Senhor para se alimentarem da sua Palavra e do pão da vida eterna.' (EG, 2013, p.15).

Sobre o conceito de pessoas batizadas, porém, sem vivência do sacramento, entende-se todos aqueles que não se sentem "[...] uma pertença cordial à Igreja e já não experimentam a consolação da fé." (EG, 2013, p.15). Em outros termos, são aquelas pessoas que precisam de uma conversão que lhes "[...] restitua a alegria da fé e o desejo de se comprometerem com Evangelho." (EG, 2013, p.15).

Quanto aos desconhecedores e aos recalcitrantes, é preciso dizer que muitos deles buscam de maneira secreta a Deus, impulsionados pela nostalgia de seu rosto, nada além disso. A nova evangelização tem o dever de anunciar o Evangelho, sem excluir ninguém, pois, a Igreja não avança por via de proselitismo, mas, por atração por convicção (EG, 2013, p. 15-16).

A propósito, na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, os Bispos latino-americanos afirmaram não ser possível ficar tranquilos, em espera passiva dentro dos templos, sendo imprescindível avançar de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral com grande força missionária (V CGELAC, 2007, p. 370). Por sua vez, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* reconhece que continua a ser mesmo fonte das maiores alegrias para a Igreja, pois, há mais júbilo celeste por um pecador convertido do que inúmeros justos que não necessitam de conversão (EG, 2013, p.16-17). Assim, depois de conceituada e caracterizada a nova evangelização na sociedade contemporânea, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* aponta para três pilares fundamentais dessa nova evangelização.

1.3 Pilares fundamentais da nova evangelização

O Papa João Paulo II, na Carta encíclica *Redemptoris missio*, não deixou de lembrar sobre o convite ao reconhecimento que não se pode perder a atenção para o anúncio àqueles que estão longe de Jesus Cristo, porquanto, essa é a tarefa primária da Igreja. No referido documento, o então Sumo Pontífice já assinalava esse máximo desafio para a Igreja, qual seja, aproximar Jesus Cristo de todos aqueles que ainda se encontram distantes de sua Boa Nova (*RM*, 1990, p. 34).

A exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, não se esqueceu desse alerta do Papa João Paulo II. O momento é de nova evangelização. E, quando se fala em nova evangelização, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, três aspectos se apresentam como fundamentais: a causa, a ação e a pastoral da Igreja.

No que se refere à causa, ela é a atividade missionária que, '[...] ainda hoje representa o máximo desafio para a Igreja.' (EG, 2013, p. 16). Significa dizer que a nova evangelização é '[...] a primeira de todas as causas.' (EG, p.15-16).

Com relação à ação missionária, fica claro o dever de agir, sair do posicionamento de espera, para seguir em uma fase de ativação, postura esta que busca como principal norteamento a saída dos templos, indo para a ação missionária como o principal paradigma da Igreja (EG, 2013, p. 16).

No tocante à pastoral missionária, busca-se efetivar o conceito abordado de nova evangelização, mostrando-se como fonte das maiores alegrias para a Igreja, de tal modo que, como assinala o Evangelho de Lucas, haverá "[...] mais alegria no Céu

por um só pecador que se converte, do que por noventa e nove justos que não necessitam de conversão.” (EG, 2013, p. 17).

O modelo atual de Igreja segue ainda a linha da centralização. Entretanto, de acordo com a *Evangelii Gaudium*, escrita pelo Papa Francisco, a Igreja precisa se tornar descentralizada, e não será o Papa que irá substituir “[...] os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios.” (EG, 2013, p. 17).

Como se percebe, a visão papal aponta para a necessidade de proceder a uma descentralização. Por certo, algumas diretrizes precisam encorajar e orientar, em toda Igreja, uma nova etapa evangelizadora descentralizada, com ardor e dinamismo, porém, ela não acontecerá sem enfrentar muitos e reais desafios contemporâneos.

1.4 Desafios da nova evangelização na contemporaneidade

O mundo contemporâneo progrediu em bem-estar em muitos segmentos da vida humana, mas, há uma legião de incontáveis pessoas que se esforçam para sobreviverem às mazelas que lhes retiram a dignidade mínima. A Igreja Católica Apostólica Romana não é indiferente a toda essa situação degradante. Por isso, ela reconhece que há sérios desafios a serem enfrentados, nos tempos atuais, para uma evangelização que alcance, de fato, esses que experimenta, mas agruras das difíceis lutas diárias pela sobrevivência em condições muito precárias.

Atenta para esse cenário, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, da lavra do Papa Francisco, aponta para esses desafios e convoca para uma nova evangelização que seja capaz de enfrentá-los e oferecer esperança a essas multidões desassistidas que são ignoradas pelas tramas do sistema de poder e ter que conduzem os destinos da humanidade. São desafios econômicos, culturais, à inculturação da fé, das culturas urbanas, da espiritualidade missionária, do desânimo egoísta, do pessimismo estéril, do mundanismo espiritual, das guerras entre cristãos e, ainda, dos desafios eclesiais.

Quanto aos desafios econômicos, de início, é preciso uma evangelização que resgate o valor da vida humana e que diga não a “[...] uma economia da exclusão e da desigualdade social.” (EG, 2013, p. 48). Esta é uma economia que tem compromisso com a morte, porque pautada no “[...] jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco.” (EG, 2013, p. 48). O ser humano passa a ser considerado um bem de consumo, pronto para uso e descarte, o que já

não implica exploração e opressão, mas sim exclusão, fazendo com que essas pessoas marginalizadas sejam vistas como resíduos, como sobras, tornando os detentores do poder econômico incapazes de compadecimento e cuidado com esses sofredores (EG, 2013, p. 48-49). Uma das causas dessa situação degradante é a relação com o dinheiro, uma nova idolatria, que aceita todo o tipo de domínio que ele faz incidir sobre a sociedade. A falta de percepção de que essa idolatria pelo dinheiro que somente governa, para satisfação de seus insaciáveis interesses lucrativos, e que não se coloca a serviço da vida humana, é um sinal da rejeição a uma ética que busca um equilíbrio e uma ordem social mais humana, bem como uma verdadeira recusa a Deus (EG, 2013, p. 51-52). Além disso, não se percebe que essa economia monetarista que promove um consumismo desenfreado, em meio à escalada da desigualdade social, é danosa para o próprio tecido social, contribuindo para um alastramento da violência que tantos malefícios traz às pessoas, às famílias e à sociedade em geral (EG, 2013, p. 52-53).

No tocante aos desafios culturais, reconhece-se que há o avanço de uma ideia perigosa de que cada um é portador de uma verdade subjetiva própria, tornando inviáveis quaisquer projetos comuns que transcendam os benefícios e desejos individuais (EG, 2013, p. 54). Como bem apontado, na cultura dominante, ganha “[...] o primeiro lugar aquilo que é exterior, imediato, visível, rápido, superficial, provisório. O real cede lugar à aparência.” (EG, 2013, p.54). Vive-se na sociedade d a informação saturada de dados, e todos eles são apresentados às pessoas de maneira indiscriminada, não havendo qualquer nivelamento deles, o que conduz a “[...] uma tremenda superficialidade no momento de enquadrar as questões morais.” (EG, 2013, p. 57). Por isso, faz-se necessária uma educação que “[...] ensine a pensar criticamente e ofereça um caminho de amadurecimento nos valores.” (EG, 2013, p. 57). O individualismo pós-moderno e globalizado estimula o estilo de vida que enfraquece a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os liames familiares. Nesse contexto cultural, por exemplo, o matrimônio tende a ser encarado como mera forma de gratificação afetiva, passível de constituição de qualquer modo e de dissolução de acordo com a sensibilidade de cada um (EG, 2013, p. 58-59). Entretanto, não obstante toda essa corrente secularista reinante, a Igreja Católica ainda se apresenta para a opinião pública, em muitos lugares, como uma instituição que preza pela solidariedade, paz, concórdia, defesa da vida, dos direitos humanos, dignidade da pessoa humana e bem comum (EG, 2013, p. 57-58). E sua ação pastoral

deve mostrar que a relação com o Pai “[...] exige e incentiva uma comunhão que cura, promove e fortalece os vínculos interpessoais.” (EG, 2013, p. 59).

No que se refere à inculturação da fé, sabe-se a importância de uma cultura caracterizada pela fé. Contra os ataques do secularismo atual, uma cultura popular evangelizada contém valores de fé e solidariedade que podem provocar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e crente. Assim há uma “[...] necessidade imperiosa de evangelizar as culturas para inculturar o Evangelho.” (EG, 2013, p. 60). Não se pode ignorar que há sempre o chamado para o crescimento. Todo grupo social necessita de purificação e aprimoramento. E não se ignora que, entre as culturas populares de povos católicos, há também fragilidades que precisam de aperfeiçoamento e de cura pelo Evangelho, como por exemplo, “[...] o machismo, o alcoolismo, a violência doméstica, uma escassa participação na Eucaristia, crenças fantasiosas ou supersticiosas que levam a recorrer à bruxaria, etc.” (EG, 2013, p. 61). Para todas essas situações, fica claro, o melhor ponto de partida ainda é a piedade popular (EG, 2013, p. 60).

No entanto, é preciso perceber que há certo cristianismo feito de devoções - próprias da vivência individual e sentimental da fé - que, no fundo, não tem correspondência com uma autêntica piedade popular. Alguns promovem tais expressões sem uma verdadeira preocupação com “[...] a promoção social e a formação social dos fiéis, fazendo-o em alguns casos para obter benefícios econômicos ou algum poder sobre os outros.” (EG, 2013, p. 60). É fato que muitos se sentem desiludidos e abandonam a tradição católica, havendo uma espécie de êxodo para outras comunidades de fé. No entanto, é preciso enfrentar as principais causas desse abandono, entre elas, a falta de espaço para o diálogo familiar, a influência dos meios de comunicação, o subjetivismo, o relativismo, o consumismo individual desenfreado, a falta de cuidado pastoral com os mais pobres e a inexistência de acolhimento cordial nas instituições (EG, 2013, p. 61-62).

Quanto às culturas urbanas, compreende-se que o elemento religioso é mediado por diferentes estilos de vida, distinto das populações rurais. Nas enormes aglomerações urbanas, o cristão já “[...] não costuma ser promotor ou gerador de sentido, mas recebe delas outras linguagens, símbolos, mensagens e paradigmas que oferecem novas orientações de vida, muitas vezes em contraste como Evangelho de Jesus.” (EG, 2013, p. 63). Por certo, os ambientes rurais também não estão tão protegidos dessas transformações culturais que podem acarretar mudanças

significativas em suas formas de vida. Tudo isso requer criar espaços de oração e de comunhão com características inovadoras, mais atraentes e significativas para as populações. É necessária uma nova evangelização que “[...] ilumine os novos modos de se relacionar com Deus, com os outros e com o ambiente, e que suscite os valores fundamentais.” (EG, 2013, p. 64). Já não se pode ignorar que, particularmente, nos espaços de intensa urbanização, se desenvolve o tráfico de drogas e de pessoas, o abuso e a exploração de crianças e adolescentes, várias formas de corrupção e de criminalidade. Nesses espaços conturbados e de retraimento dos valores fundamentais, a proclamação do Evangelho será “[...] uma base para restabelecer a dignidade da vida humana nestes contextos, porque Jesus quer derramar nas cidades vida em abundância.” (EG, 2013, p.65).

Com relação à espiritualidade missionária, a vida espiritual confunde-se com alguns momentos religiosos que trazem algum alívio, mas não nutrem o encontro com os outros, o compromisso com o mundo, a paixão pela evangelização. Desse modo, é possível notar em muitos agentes evangelizadores uma acentuação do individualismo, uma crise de identidade e declínio do fervor, entendidos como três males que se alimentam entre si. Independente do estilo espiritual ou da linha de pensamento que possam ter, desenvolve-se em agentes pastorais um relativismo ainda mais perigoso que o doutrinal (EG, 2013, p. 67-68). Nesse sentido, esse “[...] relativismo prático é agir como se Deus não existisse, sonhar como se os outros não existissem, trabalhar como se aqueles que não receberam o anúncio não existissem.” (EG, 2013, p.68-69). Até aqueles que aparentemente dispõem de sólidas convicções doutrinárias e espirituais acabam, muitas vezes, por incidirem em um estilo de vida que os leva a se apegarem a segurança econômicas ou a espaços de poder e de glória humana que se buscam por qualquer meio, em vez de se entregarem profundamente na ação missionária com entusiasmo espiritual.

No que diz respeito ao desânimo egoísta, percebe-se que alguns resistem aprovar até ao fundo o gosto da missão e acabam mergulhados em desânimo paralisante. A ânsia moderna hodierna de alcançar resultados imediatos faz com que os agentes pastorais não aceitem facilmente tudo o que signifique alguma contradição, um aparente fracasso, uma crítica. Assim, vem a maior ameaça que consiste no “[...] pragmatismo cinzento toda vida cotidiana da Igreja, no qual aparentemente tudo procede dentro da normalidade, mas na realidade a fé vai-se deteriorando e degenerando na mesquinhez.” (EG, 2013, p. 70-71). Entretanto, esse

desalento é um desafio que não pode subtrair a alegria da evangelização (EG, 2013, p. 71).

Quanto ao pessimismo estéril, uma das tentações mais sérias que sufoca o fervor e a ousadia é a sensação de derrota que transforma evangelizadores “[...] em pessimistas lamurientos e mal-humorados desencantados.” (EG, 2013, p. 73). É preciso lembrar que o triunfo cristão é “[...] sempre uma cruz, mas, uma cruz que é, simultaneamente, estandarte de vitória, que se empunha com ternura batalhadora contra as investidas do mal.” (EG, 2013, p. 73). O ideal cristão convida sempre a superar a suspeita, a desconfiança permanente, o medo da invasão e as atitudes defensivas que o mundo atual impõe. Não são poucos aqueles que tentam se distanciar dos outros se fechando na sua privacidade confortável ou no circuito estreito do mais íntimos, renunciando ao realismo da dimensão mais social do Evangelho. Contudo, o Evangelho convida sempre a “[...] abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela, com seus sofrimentos e reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado.” (EG, 2013, p. 75-76). O desafio que hoje se apresenta é “[...] responder adequadamente à sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de ir apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem compromisso com o outro.” (EG, 2013, p. 76). Se não se encontra na Igreja uma espiritualidade que “[...] os cure, liberte, encha de vida e de paz, ao mesmo tempo em que os chame à comunhão solidária e à fecundidade missionária, acabarão enganados por propostas que não humanizam nem dão glória a Deus.” (EG, 2013, p. 76). Não há como escapar de uma relação pessoal e comprometida com Deus. É preciso aprender a descobrir Jesus Cristo no rosto dos outros, na sua voz, nas suas reivindicações e, ainda, aprender também a sofrer no abraço com Jesus crucificado, quando há “[...] agressões injustas ou ingratidões, sem nos cansarmos jamais de optar pela fraternidade.” (EG, 2013, p. 78).

No que concerne ao mundanismo espiritual, a questão é identificar o que se esconde por detrás de aparências de religiosidade e até mesmo de amor à Igreja, o que implica glória humana e bem-estar pessoal, e não propriamente a glorificação de Deus.(EG, 2013, p.79).O mundanismo pode nutrir-se, sobretudo, de duas maneiras profundamente relacionadas: uma delas é o fascínio do gnosticismo e neo pelagianismo (EG, 2013, p.79-80). Assim, não cabe imaginar que dessas formas desvirtuadas de cristianismo “[...] possa brotar um autêntico dinamismo evangelizador.” (EG, 2013, p. 80). Sabe-se que há um cuidado exibicionista na liturgia,

da doutrina e do prestígio da Igreja, mas falta preocupação que o Evangelho adquira real inserção no povo fiel de Deus e nas necessidades concretas da história. Nesse contexto, alimenta-se a vanglória de muitos que se contentam com ter algum poder dentro da Igreja, esquecendo-se que a história da Igreja é gloriosa por ser história de sacrifícios, de luta diária, devida gastar no serviço, de constância no trabalho evangelizador (EG, 2013, p. 81-82). Incidir nesse mundanismo é próprio daqueles que ficam “[...] escondidos numa aparência religiosa vazia de Deus.” (EG, 2013, p. 82).

Em relação às guerras entre cristãos, o problema que se apresenta é a “[...] busca pelo poder, prestígio, prazer ou segurança econômica.” (EG, 2013, p. 83). Nesse caso, deixa-se de viver uma adesão cordial à Igreja por alimentar um espírito de contenda. Para aqueles que estão feridos por antigas divisões, resulta difícil aceitar que haja exortação ao perdão e à reconciliação, porque pensam que são ignoradas suas dores, suas memórias e seus ideais. Entretanto, se enxergarem “[...] o testemunho de comunidades autenticamente fraternas e reconciliadas, isso é sempre uma luz que atrai.” (EG, 2013, p. 84). A nova evangelização fica sempre truncada quando se dá espaço a muitas formas de “[...] ódio, divisão, calúnia, difamação, vingança, ciúme, a desejos de impor as próprias ideias a todo o custo, e até perseguições que parecem uma implacável caça às bruxas.” (EG, 2013, p. 84). Aqui, é preciso lembrar, a todo tempo, do ideal que não pode ser jamais negligenciado, qual seja, o do amor fraterno (EG, 2013, p. 85).

Por último, com relação aos desafios eclesiais, não se pode esquecer que quando se fala em potestade sacerdotal está se ingressando na esfera da função e não da dignidade e da santidade. E na Igreja as funções “[...] não dão justificação à superioridade de uns sobre os outros.” (EG, 2013, p. 87). Não obstante a escassez vocacional, hoje se tema “[...] noção mais clara da necessidade de melhor seleção dos candidatos ao sacerdócio.” (EG, 2013, p. 90). Não se podem “[...] encher os seminários com qualquer tipo de motivações, e menos ainda se estas estão relacionadas com insegurança afetiva, busca de forma de poder, glória humana e ou bem-estar econômico.” (EG, 2013, p. 90). É preciso perceber que onde “[...] há vida, fervor, paixão de levar Cristo aos outros, surgem vocações genuínas.” (EG, 2013, p. 89).

É preciso lembrar que o Papa João Paulo II, na Exortação apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Asia*, já falava do destino providencial que a Igreja deve realizar, o que estava ligado à ideia de uma evangelização entendida como o jubiloso, paciente

progressivo anúncio da morte salvífica e da ressurreição de Jesus Cristo como prioridade absoluta (EA, 1999, p. 19).

Não são poucos os desafios, mas, eles existem para serem superados, sem perda da noção da realidade, alegria, dedicação e esperança, pois, são elas que revigoram a força missionária da Igreja. A Paixão de Jesus Cristo continua, pois, a força encorajadora para o enfrentamento de todos esses desafios, revigorando a empreitada missionária que a Igreja tem pela sua frente nos tempos atuais.

CAPITULO II: ANÚNCIO DO EVANGELHO

2.1 Notas preliminares

Neste capítulo, de início, é apresentada a evangelização como um dever da Igreja, porém, não como um dever de instituição orgânica e hierárquica apenas, mas também como um povo que peregrina para o conhecimento da Palavra de Deus. Em seguida, vem discutida como essa evangelização, que sai dessa noção de povo, se torna uma pregação personalizada, tanto em relação aos mais próximos, como também aos mais distantes. Por último, tendo como base a ideia de que evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo, são discutidas as preocupações relacionadas com a dimensão social da evangelização, uma vez que, se esta dimensão não estiver bem esclarecida, há o risco de se descaracterizar o sentido autêntico e integral de uma missão evangelizadora que a Exortação Apostólica em foco tem o propósito de transmitir, qual seja, o amor misericordioso de Deus.

2.2 A evangelização como dever da Igreja

A evangelização constitui um dever da Igreja. O sujeito da evangelização, entretanto, é não somente uma instituição orgânica e hierárquica; antes de tudo, é um povo que peregrina para Deus. Por certo, trata-se de um mistério que mergulha suas raízes na trindade, porém, apresenta sua concretização histórica em um povo peregrino e evangelizador.

Ela sempre transcende toda a necessária manifestação institucional. A salvação oferecida por Deus é obra de sua misericórdia. Não existe ação humana, por melhor que seja, que faça merecer esse grande dom. Por pura graça, Deus atrai as criaturas para uni-las a ele. Envia o seu Espírito aos corações dos homens para fazer deles seus filhos, para os transformar e tornar aptos a responder com suas próprias vidas ao seu amor.

A Igreja é enviada por Jesus Cristo como sacramento da salvação oferecido por Deus. Por meio da sua ação evangelizadora, ela coopera como um instrumento da graça divina, a qual opera, de maneira ininterrupta, para além de toda e qualquer possível supervisão. Assim se expressou, inclusive, o Papa Bento XVI, na abertura das reflexões do sínodo, quando disse ser sempre importante saber que a primeira palavra, a iniciativa verdadeira, a atividade verdadeira, é emanada de Deus; só quando o homem se insere nessa iniciativa divina, então, ele pode se tornar também com Ele e N'Ele evangelizador (SB, 2012). Nesse espectro, segundo a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o princípio da “[...] primazia da graça deve ser um farol

que ilumine constantemente as nossas reflexões sobre a evangelização” (EG, 2013, p. 95).

Essa salvação, oferecida por Deus, que a Igreja anuncia, de maneira jubilosa, é para todos. Deus criou um caminho para se unir a cada um dos seres humanos de todos os tempos e em todos os lugares. Escolheu convocá-los como um povo, e não como criaturas isoladas. Ninguém se salva sozinho, ou seja, nem como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças. Deus oferece salvação a todos na complexa trama das relações interpessoais que a vida numa comunidade humana supõe. Esse povo, que Deus escolheu para si e convocou, é a própria Igreja. Jesus não disse aos apóstolos para formarem um grupo exclusivo, muito menos um grupo de elite. Seu ensinamento foi o seguinte: “[...] ide, pois, fazei discípulos de todos os povos.” (MT 28, 19). É preciso dizer àqueles que se sentem longe de Deus e da Igreja o seguinte: “[...] o Senhor também te chama para seres parte do seu povo, e o faz como grande respeito e amor.” (EG, 2013, p. 96).

Ser Igreja significa ser povo de Deus, em consonância com o grande projeto de amor do Criador. Isso significa ser o fermento de Deus no meio da humanidade, vale dizer, anunciar e levar a salvação de Deus a este mundo, que se sente desorientado, perdido, necessitando de respostas encorajadoras, capazes de darem esperança e novo vigor para o caminho rumo à salvação.

A Igreja deve ser um lugar especial, isto é, “[...] o lugar da misericórdia gratuita onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do evangelho.” (EG, 2013, p. 96).

Esse povo de Deus está encarnado nos povos da terra, cada qual com sua própria cultura. A noção de cultura é valiosa para compreender as múltiplas expressões da vida cristã existentes no povo de Deus. Trata-se do estilo de vida que uma determinada sociedade cultiva, da forma peculiar que os seus membros têm de se relacionar entre si, com as outras criaturas e com Deus. Bem entendida, a cultura envolve a totalidade da vida de um povo. Cada povo, em seu desenvolvimento histórico, preserva a própria cultura com legítima autonomia. Isso decorre do fato de que a pessoa humana, por sua natureza, precisa da vida social e mantém laços com sua sociedade, na qual experimenta uma maneira concreta de se relacionar com a realidade. O ser humano é alguém sempre situado: natureza e cultura nele se encontram interligadas. Desse modo, a “[...] graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe.” (EG, 2013, p. 97).

No curso desses mais de dois milênios de cristianismo, uma quantidade incontável de povos recebeu a graça da fé, a fez florescer na sua vida cotidiana e a transmitiu segundo as próprias modalidades culturais. Quando uma comunidade acolhe o anúncio da salvação, o Espírito Santo é capaz de fecundar a sua cultura com a força transformadora do Evangelho. E assim, como se pode observar na história da Igreja, o cristianismo não dispõe de um único modelo cultural. Permanece o que é, na fidelidade total ao anúncio evangélico e à tradição da Igreja, mas também assume a face das diversas culturas e dos vários povos entre os quais foi acolhido e se fixou. Nos diferentes povos, que vivenciam o dom de Deus segundo a própria cultura, a Igreja expressa a sua mais genuína catolicidade e mostra a beleza de seu rosto multiforme.

Por meio das manifestações cristãs de um povo evangelizado, o Espírito Santo ornamenta a Igreja, mostrando-lhe novos aspectos da revelação com um novo rosto. Através da inculturação, a Igreja insere os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, por quanto cada cultura oferece formas e valores positivos capazes de enriquecerem o modo como o evangelho é pregado, compreendido e vivido. Se for bem entendida, a diversidade cultural não traz qualquer ameaça para a unidade da Igreja. O Espírito Santo constrói a comunhão e a harmonia do povo de Deus. Ele mesmo é a própria harmonia, tal como é o vínculo de amor entre o Pai e o Filho. É Ele que possibilita uma abundante e diversificada riqueza de dons e, ao mesmo tempo, edifica uma unidade que não se confunde com uniformidade, mas que significa multiforme harmonia que se aproxima, interage e se completa uma na outra. Nesse sentido, a “[...] evangelização reconhece com alegria estas múltiplas riquezas que o Espírito gera na Igreja.” (EG, 2013, p. 99).

Na sociedade contemporânea, a Igreja não pode cair na vaidosa sacralização da própria cultura, o que pode mostrar “[...] mais fanatismo do que autêntico ardor evangelizador.” (EG, 2013, p. 100). Não se pode pretender que todos os povos dos diversos continentes, ao exprimirem a fé cristã, imitem as modalidades adotadas pelos europeus num determinado momento da história, simplesmente, porque a fé não pode ficar confinada nos limites exclusivos de uma só cultura. Não por outra razão, assim está posto na Exortação Apostólica em foco: “É indiscutível que uma única cultura não esgota o mistério da redenção de Cristo.” (EG, 2013, p. 100).

Como parte do seu mistério de amor pela humanidade, Deus concede à totalidade dos fiéis um instinto da fé – *sensus fidei* – que os auxilia no discernimento

daquilo que vem realmente de Deus. Em virtude do batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (Mt 28, 19). Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da fé é um sujeito ativo de evangelização. Significa dizer que é inapropriado pensar num esquema de “[...] evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações.” (EG, 2013, p. 101). Em outras palavras, é um equívoco não reconhecer que a nova evangelização da Igreja em saída precisa do protagonismo de cada um dos batizados. Trata-se de um apelo dirigido a cada cristão para que nenhum deles renuncie ao seu compromisso evangelizador, pois, se uma pessoa experimentou verdadeiramente o amor salvífico de Deus, não precisa de muito tempo de preparação para sair anunciá-lo.

A pessoa não precisa esperar que lhe deem longas instruções, tanto assim que a Exortação Apostólica, sob análise, claramente, diz o seguinte: “Cada cristão é missionário na medida em que se encontrou com o amor de Deus em Cristo Jesus; não digamos mais que somos ‘discípulos’ e ‘missionários’, mas sempre que somos ‘discípulos missionários’.” (EG, 2013, p. 102). A Samaritana, tão logo terminou o seu diálogo com Jesus, tornou-se missionária, e muitos samaritanos acreditaram em Jesus “[...] devido às palavras da mulher.” (Jo 4, 39). Depois de seu encontro com Jesus, Paulo “[...] começo imediatamente a proclamar [...] que Jesus era o Filho de Deus.” (At 9, 20).

Por certo, todos são chamados a crescer na evangelização. Deve-se procurar, simultaneamente, uma melhor formação, um aprofundamento do amor e do testemunho mais claro do Evangelho. Nesse sentido, todos devem deixar que os outros nos evangelizem constantemente, o que não quer dizer que se deve renunciar à missão evangelizadora, “[...] mas encontrar um modo de comunicar Jesus que corresponda à situação em que vivemos.” (EG, 2013, p. 102). Seja como for, todos são chamados a dar aos outros testemunhos explícitos do amor salvífico de Jesus. Sem atentar para as imperfeições humanas, Ele ofereceu sua proximidade, sua Palavra, sua força, dando sentido à vida. Portanto, a imperfeição humana não deve ser desculpa para a ausência evangelizadora; ao contrário, a missão é um estímulo constante para que não haja acomodação na mediocridade. Por isso, o testemunho de fé, que todo cristão é chamado a dar, implica dizer como Paulo: “Não que já o tenha alcançado ou já seja perfeito; mas corro para ver se alcanço, [...], lançando-me para o que vem à frente.” (Fl 3, 12-13).

Do mesmo modo, pode-se pensar que os diferentes povos, nos quais foi inculturado o Evangelho, são sujeitos coletivos ativos, agentes evangelizadores, na medida em que cada povo é criador de sua cultura e protagonista de sua história. A cultura é dinâmica e cada povo recria a sua constantemente, de modo que cada geração transmite à outra um conjunto de atitudes relativas às diversas situações existenciais, que a nova geração deve reelaborar frente aos próprios desafios. O Ser humano “[...] é simultaneamente filho e pai da cultura onde era inserido.” (FR, 1998, p. 91).

Quando o Evangelho se incultura no povo, no seu processo de transmissão cultural também transmite a fé de modo sempre novo: “[...] daí a importância da evangelização entendida como inculturação.” (EG, 2013, p. 104). Pode-se dizer que o povo se evangeliza continuamente a si mesmo. E aqui ganha muita importância a piedade popular, “[...] verdadeira expressão da atividade missionária espontânea do povo de Deus.” (EG, 2013, p.104). Na piedade popular, é possível assimilar a modalidade em que a fé recebida se encarnou numa cultura e continua a transmitir-se. Vale lembrar o que o Papa Paulo VI já assim dizia sobre a piedade popular: “[...] torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predispõe-nas para o sacrifício até o heroísmo, quando se trata de manifestar a fé.” (EN, 1976, p. 38). Mais recentemente, o Papa Bento XVI, na América Latina, registrou que a piedade popular é um “[...] precioso tesouro da Igreja Católica.” (DA, 2007, p. 262). A piedade popular é uma verdadeira “espiritualidade encarnada na cultura dos simples.” (DA, 2007, p. 263).

A piedade popular não é esvaziada de conteúdos, descobrindo-os e experimentando-os pela via simbólica e, no ato de fé, acentua mais o crer em Deus - *credere in Deum* - que o crer Deus - *credere Deum* (ST, IIa.-IIae., q. 2, a. 2). Trata-se de uma maneira legítima de viver a fé, um modo de se sentir parte da Igreja e uma forma de ser missionários. Por isso, se diz que ela “[...] comporta a graça da missionariedade, do sair de si e do peregrinar.” (EG, 2013, p. 106). A força missionária está ligada à figura do Bom Pastor, que não procura julgar, mas sim amar. É ela que se manifesta na piedade popular, por ser fruto do Evangelho incultura do a qual subjaz uma força ativamente evangelizadora não pode subestimar, o que seria ignorar a obra do Espírito Santo. Nesse sentido, as expressões da piedade popular “[...] têm muito que nos ensinar e, para quem as sabe ler, são um *lugar teológico* a que devemos prestar atenção particularmente na hora de pensar a nova evangelização.” (EG, 2013,

p. 107). Portanto, é preciso dizer que a Igreja precisa viver uma profunda renovação missionária.

2.3 A pregação personalizada

Para viver esse processo de renovação da ação missionária, há uma forma de pregação que compete a todos como tarefa cotidiana: trata-se da pregação personalizada, isto é, “[...] cada um levar o Evangelho às pessoas com quem se encontra, tanto aos mais íntimos como aos desconhecidos.” (EG, 2013, p. 107). Trata-se da pregação informal que se pode realizar durante um diálogo ou aquela que um missionário realiza quando leva a Boa Nova a um lar. Ser discípulo significa ter disposição permanente para levar a todos o amor de Jesus, o que acontece, de maneira espontânea, em qualquer tempo e lugar.

Nessa modalidade de pregação, caracterizada pela respeitabilidade e amorosidade, o primeiro momento é um diálogo pessoal, no qual a outra pessoa se expressa e partilha suas alegrias, suas esperanças, suas preocupações com seus entes querido, enfim, com muitas coisas que aquecem coração. Se depois dessa conversa é que se torna possível apresentar-lhe a Palavra, seja pela leitura de algum versículo ou de modo narrativo, mas sem jamais de recordar o anúncio primordial: “o amor pessoal de Deus que se fez homem, entregou-se a si mesmo por nós e, vivo, oferece a sua salvação e amizade.” (EG, 2013, p. 108).

É o anúncio que se partilha com uma atitude humilde e testemunhal de quem sempre sabe aprender, com a consciência de que está diante de uma mensagem muito rica e profunda, algumas vezes expressa de maneira mais direta, outras vezes de um testemunho pessoal, uma história, um gesto ou outra forma que o Espírito Santo manifestar. Aliás, a conclusão desse encontro pessoal, fraterno e missionário, se for prudente e houver condições, pode se dar com uma oração breve, relacionada com as preocupações expostas pela pessoa, de tal modo que ela possa sentir que foi ouvida e compreendida, reconhecendo que a “[...] Palavra de Deus fala realmente à sua própria vida.” (EG, 2013, p. 108).

Entretanto, não se deve imaginar que o anúncio evangélico tenha de ser transmitido sempre com determinadas fórmulas pré-estabelecidas ou com palavras concretas que expressem um conteúdo totalmente invariável. O Evangelho pode ser transmitido de formas tão diversas que seria inviável descrevê-las ou catalogá-las, e cujo sujeito coletivo é o Povo de Deus, com seus gestos e sinais incontáveis. Os processos evangelizadores são sempre lentos e, às vezes, o medo pode paralisá-los

em demasia. Quando se permite que as dúvidas e os medos estrangulem toda a ousadia, é possível que, em vez de criatividade, existam as acomodações, sem qualquer avanço, caso em que não haverá participantes dos processos históricos de uma Igreja em saída, “[...] mas simplesmente espectadores de uma estagnação estéril da Igreja.” (EG, 2013, p. 109).

O Espírito Santo enriquece toda Igreja evangelizadora também com distintos carismas. São dons para renovação e edificação da Igreja. Um sinal claro de autenticidade de um carisma é a sua eclesialidade, a sua capacidade de se integrar na vida do Povo de Deus para o bem de todos. Tanto assim que se diz:

Quanto mais um carisma dirigir seu olhar para o coração do Evangelho, tanto mais eclesial será o seu exercício. É na comunhão, mesmo que seja fadigosa, que um carisma se revela autêntica e misteriosamente fecundo. Se vive este desafio, a Igreja pode ser um modelo de paz no mundo[...].” (EG, 2013, p. 110).

Por vezes, são incômodas as diferenças entre as pessoas e as comunidades, porém, o Espírito Santo, que suscita esta diversidade, de tudo pode tirar algo de bom e transformá-lo em dinamismo evangelizador que atua por atração. Adversidade deve ser sempre conciliada com a ajuda do Espírito Santo. Somente Ele pode suscitar a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade e, ao mesmo tempo, realizar a unidade.

Todavia, de modo contrário, quando não se pretende a diversidade e se fecha em particularismos, em exclusivismos, o que se provoca é a divisão; por outro lado, quando se edifica a unidade com os planos humanos, acaba por impor uniformidade e “[...] isto não ajuda a missão da Igreja.” (EG, 2013, p. 111). O anúncio às culturas envolve, por conseguinte, obviamente, o anúncio às culturas profissionais, científicas e acadêmicas dos tempos em curso.

2.4 A perspectiva social da evangelização

Evangelizar é o esforço de tornar o reino de Deus presente no mundo. Essa presença está, inevitavelmente, relacionada com a dimensão social da evangelização, pois, se esta dimensão social não for bem explicitada, a sempre o risco de descaracterizar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora.

O querigma possui, invariavelmente, um conteúdo social: no próprio âmago do evangelho, aparecem tanto a vida comunitária, quanto o compromisso com os outros. Confessar um Pai que ama, infinitamente, o ser humano implica entender que assim é conferida a todo o ser humano uma infinita dignidade. Confessar que o Filho de Deus encarnou significa que cada pessoa foi elevada ao próprio coração de Deus.

Confessar que Jesus entregou seu sangue por todos impede qualquer dúvida acerca do amor ilimitado que enobrece todo ser humano. Por isso, a sua redenção tem um sentido social, uma vez que, em Cristo, Deus não redime apenas a pessoa individual, mas também as relações sociais entre essas pessoas. Confessar que o Espírito Santo atua em todos implica admitir que Ele procura perpassar toda a situação humana e todos os vínculos sociais. Não por outra razão, o mistério da trindade recorda que somos “[...] criados à imagem dessa comunhão divina, pelo que não podemos realizar-nos nem salvar nos sozinhos.” (EG, 2013, p. 107).

A partir do núcleo do Evangelho é possível reconhecer a conexão íntima que existem entre evangelização e promoção humana, que se deve exprimir e desenvolver em toda a missão evangelizadora. Em outras palavras é fundamental “[...] desejar, buscar e cuidar bem dos outros.” (EG, 2013, p. 147).

O laço indissolúvel entre a recepção do anúncio salvífico e um efetivo amor fraterno encontra-se em textos das sagradas escrituras. É preciso considerar e refletir, de modo bastante atento, para extrair deles todas as consequências. Isso significa que, por vezes, uma ação missionária já tem hábitos enraizados e os repete quase mecanicamente, porém, sem se assegurar de que tenham real incidência na vida das pessoas e das comunidades. Por isso, a Exortação Apostólica, ora em análise, é bem direta ao dizer o seguinte:

Como é perigoso e prejudicial este habituar-se que nos leva a perder a maravilha, a fascinação, o entusiasmo de viver o Evangelho da fraternidade e da justiça! A palavra de Deus ensina que, no irmão, está o prolongamento permanente da encarnação para cada um de nós: ‘sempre que fizestes isto à um desses meus irmãos mais pequeninos, à mim mesmo o fizestes’ (Mt 25, 40). O que fizermos aos outros tem uma dimensão transcendente: ‘com à medida que medirdes, assim sereis medidos’ (Mt 7, 2).” (EG, 2013, p. 147-148).

E não é só. É Preciso ainda lembrar da misericórdia divina para conosco:

Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados; perdoai, e sereis perdoados. Dai e ser-vos-á dado. [...] à medida que usardes com os outros será usado convosco. (Lc 6, 36-38).

Nesses textos, há absoluta prioridade da saída de si próprio e a abertura para o outro, como um dos dois mandamentos principais que fundamentam toda a norma moral e como sinal mais claro para discernir sobre o caminho de crescimento espiritual como resposta à doação absolutamente gratuita de Jesus por todos. É por isso que o serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da missão da Igreja. Renunciar à caridade significa renunciar à própria essência da Igreja. Não é por outro motivo que

a Exortação Apostólica, sob análise, traz a seguinte colocação: “Assim como a Igreja é missionária por natureza, também brota inevitavelmente desta natureza a caridade efetiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove.” (EG, 2013, p. 148).

Ao se ler as escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste somente numa relação pessoal com Deus. A resposta de amor fraterno também não deve ser entendida como uma mera somatória de pequenos gestos pessoais a favor de alguns indivíduos, porque poderia constituir uma espécie de caridade receitada. A proposta evangélica é bem maior que esta, pois, envolve apresentar o reino de Deus ao mundo e reinar entre nós significa que “[...] a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos.” (EG, 2013, p. 149). Significa dizer que tanto o anúncio como a experiência cristã precisam impactar as realidades sociais, tal como está insculpido no próprio texto da Sagrada Escritura: “Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo.” (Mt 6, 33). O projeto de Jesus é instaurar o reino de Deus e, por isso, Ele pede aos seus discípulos: “Proclamai que o Reino dos Céus está perto.” (Mt. 6, 10). Reino de Deus sem vida social transformada, é só aparência de Deus sem vida para as pessoas e as comunidades.

O Reino de Deus, que se antecipa e cresce entre os homens, abrange tudo, como já recorda aquele princípio de discernimento de Paulo I, o qual propunha o verdadeiro desenvolvimento: “Todos os homens e o homem todo.” (EG, 2013, p. 149). Sabe-se que a evangelização seria completa, se ela não tivesse consideração a implementação recíproca que se fazem constantemente o evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É o critério da universalidade, peculiar da dinâmica do evangelho, uma vez que o Pai quer que todos sejam salvos; e o seu plano de salvação consiste na submissão de tudo a Cristo, reunindo nele o que há no céu e na terra. Por isso, o ide pelo mundo inteiro e proclamai o Evangelho a toda criatura, enquanto mandato, configura que toda criatura está em expectativa ansiosa, aguardando a revelação dos filhos de Deus (Ro 8, 19). Toda a criação significa também todos os aspectos da vida humana, de maneira que a missão do anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo tem destinação universal. Seu mandato de caridade abrange todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os socio ambientes da convivência e todos os povos.

Os ensinamentos a respeito de situações contingentes estão sujeitos a maiores ou novos desenvolvimentos e podem ser objeto de discussão, porém, não pode evitar de ser concreto para que os grandes princípios sociais não fiquem meras generalidades que não alcançam ninguém. Já não se pode mais dizer que a religião deve ficar limitada ao âmbito privado e serve somente para preparar as almas para o céu. Sabe-se que Deus deseja a felicidade dos seus filhos também nessa terra, muito embora estejam chamados à plenitude eterna, pois ele criou todas as coisas para que todos possam usufruir delas. Por isso, a conversão cristã exige revisão especialmente de tudo o que diga respeito à ordem social e à realização do bem comum.

Desse modo, não é plausível relegar a religião para à intimidade secreta das pessoas, “[...] sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar da saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos.” (EG, 2013, p. 151). Significa dizer que uma fé autêntica nunca é cômoda e muito menos individualista, pois ela comporta sempre um desejo profundo de melhorar o mundo, transmitir valores, deixá-lo um pouco melhor depois da passagem de cada um aqui. Por isso, sem qualquer exceção, “Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocupar-se com a construção de um mundo melhor.” (EG, 2013, p. 152). Não é fora de dúvida que, primariamente, o pensamento social da igreja é positivo e construtivo, pois, “[...] orienta uma ação transformadora e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo.” (EG, 2013, p. 152). Duas grandes questões são fundamentais neste momento da história: a primeira é a inclusão social dos pobres; a segunda, a questão da paz social. (EG, 2013, p. 153).

Quanto à inclusão social dos pobres, vem da fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais desassistidos pela sociedade. Cada cristão e cada comunidade recebe o chamamento para o serviço de assistência aos pobres de tal modo que possam integrar-se na sociedade. Não ouvir este clamor, quando se é instrumento de Deus para ouvir o pobre significa ficar alheio à vontade do pai e de seu projeto de acolhimento dos pobres. A falta de solidariedade nas suas necessidades, exercem influência direta na relação com Deus. A Igreja reconhece que a exigência de ouvir o clamor do pobre advém da própria obra libertadora da graça em cada uma razão pela qual não se trata de uma missão reservada somente para alguns. Quando Jesus disse que era para dar de comer e beber aos pobres, isso compreende não só a cooperação

para resolver as causas estruturais da pobreza promover o desenvolvimento integral dos pobres, mas também realizar “[...] gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos.” (EG, 2013, p. 155).

É certo que a palavra solidariedade já se apresenta bem desgastada, porém, ela significa bem mais do que alguns atos de eventuais generosidades; elas supõem a criação de “[...] uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns.” (EG, 2013, p. 155). A solidariedade é uma reação de quem reconhece “[...] a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores a propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se cuidar deles e aumentá-los de modo a servir melhor bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida com uma decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde.” (EG, 2013, p. 156). É como se dissesse que os mais favorecidos precisam abrir mão de alguns dos seus direitos para que se possa colocar, com mais liberalidade, os seus bens a serviço dos outros.

O imperativo de dar ouvido aos pobres só se torna mesmo um ato de consciência do cristão se ele se comove, realmente, com sofrimento alheio. Basta lembrar que a literatura sapiencial fala da esmola como exercício concreto da misericórdia para com os necessitados, como vale lembrar: “[...] a esmola livra da morte e limpa todo o pecado.” (Tb 12,9). A literatura sapiencial perpassou, profundamente, a mentalidade dos Padres da Igreja, “[...] tendo exercido uma resistência profética como alternativa cultural frente ao individualismo hedonista pagão.” (EG, 2013, p. 160). Não é por outro motivo que a exortação apostólica em foco diz claramente o seguinte: “Às vezes somos duros de coração e mente, esquecemo-nos, entretemo-nos extasiemo-nos com as imensas possibilidades de consumo e de distração que esta sociedade oferece.” (EG, 2013, p. 161). Quando esta mentalidade de consumo e extração individualista está presente, muito difícil entender o seguinte ensinamento: tive fome e não me deste de comer. Para a Igreja, a opção pelos pobres é uma categoria bem mais teológica do que cultural, política, ou, até mesmo, filosófica. Não por outro motivo diz o Papa Francisco na Exortação Apostólica em foco:

Por isso desejo uma Igreja pobre para os pobres. Estes têm muito para nos ensinar. Além de participar do *sensus fidei*, nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor. É necessário que todos nós deixemos nos evangelizar por eles.” (EG, 2013, p. 163).

Quando é amado verdadeiramente, o pobre é visto como alguém de alto valor, o que diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de “[...] utilizar os pobres a serviço de interesses pessoais ou políticos.” (EG, 2013, p. 165). A opção preferencial deve ser entendida, sobretudo, “[...] numa solicitude religiosa privilegiada e prioritária.” (EG, 2013, p. 166). Isso implica dizer o seguinte em relação à pobreza:

Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais. (EG, 2013, p. 167).

A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política econômica, no fundo, são pontos fundamentais que deveriam estruturar toda a política econômica, porém, não raras vezes, “[...] parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral.” (EG, 2013, p. 167). Nesse sentido, não se pode confiar totalmente nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo requer algo mais que o crescimento econômico, não obstante o pressuponha. O crescimento equitativo requer decisões, programas, mecanismos e processos orientados para uma “[...] melhor distribuição de renda, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo.” (EG, 2013, p. 168).

Jesus foi evangelizador por excelência e o Evangelho em pessoa. Ele se identificou, mais especialmente, com os pequeninos (Mt 25,40). Isso faz recordar “[...] a todos os cristãos, que somos chamados a cuidar dos mais frágeis da Terra.” (EG, 2013, p. 171). Por isso, os homens podem ser fortes no amor de Deus, como São Francisco de Assis, o qual lembrava que “[...] todos nós, cristãos, somos chamados a cuidar da fragilidade do povo e do mundo em que vivemos.” (EG, 2013, p. 175).

Aqui cabe lembrar aquilo que o próprio Papa Francisco chamou atenção, outra vez, dois anos depois da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, em sua Carta Encíclica *Laudato Si*:

Em vez de resolver os problemas dos pobres e pensar num mundo diferente, alguns limitam-se a propor uma redução da natalidade. Não faltam pressões internacionais sobre os países em vias de desenvolvimento, que condicionam as ajudas económicas a determinadas políticas de ‘saúde reprodutiva’. Mas, ‘se é verdade que a desigual distribuição da população e dos recursos disponíveis cria

obstáculos ao desenvolvimento e ao uso sustentável do ambiente, deve-se reconhecer que o crescimento demográfico é plenamente compatível com um desenvolvimento integral e solidário'. Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo atual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo. Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e 'a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre.' (LS, 2015, p. 16).

No tocante à paz social, que também é foco na Exortação Apostólica em análise, sabe-se que, em cada nação, os habitantes desenvolvem a dimensão social da sua vida, configurando-se como cidadãos responsáveis dentro de um povo e não como massa arrebanhada pelas forças dominantes. Para avançar nessa construção de um povo em paz, justiça e fraternidade, há quatro princípios fundamentais, a saber: o tempo é superior ao espaço, a unidade prevalece sobre o conflito, a realidade é mais importante do que a ideia e o todo são superior à parte. Quatro princípios que orientam, especificamente, o desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo em as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum.

Com relação ao primeiro princípio, o tempo é superior ao espaço, existe uma tensão bipolar entre a plenitude e o limite. A plenitude gera a vontade de possuir tudo e o limite é o muro que aparece pela frente. O tempo, considerado em sentido amplo, faz referência à plenitude como expressão do horizonte que se abre diante de nós, e o momento é expressão do limite que se vive num espaço circunscrito. Os cidadãos vivem em tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, do horizonte maior, da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai. Daqui surge esse princípio para progredir na construção de um povo. Ele permite trabalhar, a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos. Ajuda a suportar, com paciência, situações difíceis e hostis ou as mudanças de planos que o dinamismo da realidade impõe. É um convite a assumir a tensão entre plenitude e limite, dando prioridade ao tempo. Um dos equívocos que, às vezes, se nota na atividade sociopolítica é privilegiar os espaços de poder em vez dos tempos dos processos. Dar prioridade ao espaço leva a proceder como desvairados para resolver tudo no momento presente, para tentar tomar posse de todos os espaços de poder e autoafirmação. É cristalizar os processos e pretender pará-los. Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com o iniciar processos do que possuir espaços. O tempo ordena os espaços, ilumina-os e

transforma-os em elos de uma cadeia em constante crescimento, sem marcha para atrás. Trata-se de privilegiar as ações, sem ansiedade, mas com convicções claras e tenazes, que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes. Não por outro motivo assim está assinalado:

Este critério é muito apropriado também para a evangelização, que exige ter presente o horizonte, adotar os processos possíveis e a estrada longa. O próprio Senhor, na sua vida mortal, deu a entender várias vezes aos seus discípulos que havia coisas que ainda não podiam compreender e era necessário esperar o Espírito Santo. (EG, 2013, p. 180).

No que se refere ao segundo princípio, a unidade prevalece sobre o conflito, isso não pode ser ignorado ou dissimulado; ao contrário, deve ser aceito. Entretanto, quando se fica encurralado nele, perde-se a perspectiva, o horizonte se reduz e a própria realidade fica fragmentada. Quando se paralisa na conjuntura conflitual, perde-se o sentido da unidade profunda da realidade. Perante o conflito, alguns limitam-se a olhá-lo e passam adiante como se nada fosse, lavam as mãos para poderem continuar com suas próprias vidas. Outros entram de tal maneira no conflito que ficam prisioneiros, perdem o horizonte, projetam nas instituições as suas próprias confusões e insatisfações e, assim, a unidade torna-se impossível. No entanto, há uma terceira forma, a mais adequada, de enfrentar o conflito: é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de um novo processo. Desse modo, torna-se possível desenvolver uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda. Por isso, é necessário postular um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito. É aqui que se abre a possibilidade real para a solidariedade, tal como se observa nos seguintes dizeres:

A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida. Não é apostar no sincretismo ou na absorção de um no outro, mas na resolução num plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste. Este critério evangélico recorda que Cristo tudo unificou em Si: céu e terra, Deus e homem, tempo e eternidade, carne e espírito, pessoa e sociedade. O sinal distintivo desta unidade e reconciliação de tudo n'Ele é a paz. Cristo 'é a nossa paz'. [...]. O anúncio do Evangelho começa sempre com a saudação de paz; e a paz coroa e cimenta em cada momento as relações entre os

discípulos. A paz é possível, porque o Senhor venceu o mundo e sua permanente conflitualidade, 'pacificando pelo sangue da sua cruz'. (EG, 2013, p. 181-182).

Entretanto, quando se examina a fundo os textos bíblicos, descobre-se que o primeiro âmbito em que se é chamado a conquistar a pacificação nas diferenças é a própria interioridade, a própria vida sempre ameaçada pela dispersão em milhares de fragmentos, o que torna muito difícil construir uma verdadeira paz social. O anúncio de paz não é a proclamação somente de uma paz negociada, mas também a convicção de que a unidade do Espírito harmoniza todas as diversidades. Adversidade é bela, quando se aceita entrar em constante processo de reconciliação, até selar uma espécie de pacto cultural que faça surgir uma diversidade reconciliada. Essa diversidade deve ser muito bem considerada, nos tempos atuais, de modo que a vida não fique sempre ameaçada pela chamada "dispersão dialética" (ISMAEL QUILES, 1981, p. 46).

Em relação ao terceiro princípio, a realidade é mais importante do que a ideia, faz refletir que existe também uma tensão bipolar entre a ideia e a realidade: a realidade simplesmente é, a ideia elabora-se. Entre as duas, deve estabelecer-se um diálogo constante, evitando que a ideia acabe por separar-se da realidade. É perigoso viver no reino só da palavra, da imagem, do sofisma. Por isso, é preciso considerar, inclusive, que a realidade é superior à ideia. Isso supõe evitar várias formas de ocultar a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os projetos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os moralismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria. A ideia deve estar a serviço da captação, compreensão e condução da realidade. A ideia desligada da realidade dá origem a idealismos e nominalismos ineficazes que, no máximo, classificam ou definem, porém, não geram comprometimento. O que traz comprometimento é a realidade iluminada pelo raciocínio. Caso contrário, manipula-se a verdade, do mesmo modo que se substitui a ginástica pela cosmética (PLATÃO, 2011, p. 35). Há políticos e também líderes religiosos que se interrogam porque motivo o povo não os compreende nem segue, se as suas propostas são tão lógicas e claras. Possivelmente, é porque se instalaram no reino das puras ideias e reduziram a política ou a fé à retórica. Não por outro motivo assim se assinala:

A realidade é superior à ideia. Este critério está ligado à encarnação da Palavra e ao seu cumprimento: 'Reconheceis que o espírito é de Deus por isto: todo o espírito que confessa Jesus Cristo que veio em carne mortal é de Deus'. [...]. O critério da realidade, duma Palavra já

encarnada e sempre procurando encarnar-se, é essencial à evangelização. Por um lado, leva-nos a valorizar a história da Igreja como história de salvação, a recordar os nossos Santos que inculturaram o Evangelho na vida dos nossos povos, a recolher a rica tradição bimilenária da Igreja, sem pretender elaborar um pensamento desligado deste tesouro como se quiséssemos inventar o Evangelho. Por outro lado, este critério impele-nos a pôr em prática a Palavra, a realizar obras de justiça e caridade nas quais se torne fecunda esta Palavra. Não pôr em prática, não levar à realidade a Palavra é construir sobre a areia, permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto, que esterilizam o seu dinamismo. (EG, 2013, p. 184).

No que diz respeito ao quarto princípio, o todo é superior à parte, nota-se que entre a globalização e a localização também acontece uma tensão. É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha cotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que faz caminhar com os pés por terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstrato e globalizante, miméticos passageiros do carro de apoio, admirando os fogos de artifício do mundo, que é de outros, com a boca aberta e aplausos programados; o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de eremitas localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixarem interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras. O todo é mais do que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas. Portanto, não se deve viver demasiado obcecado por questões limitadas e particulares. É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos. Contudo, é preciso esforços para realizá-lo, mas sem se evadir nem se desenraizar. Desse modo, percebe-se o seguinte:

É necessário mergulhar as raízes na terra fértil e na história do próprio lugar, que é um dom de Deus. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla. Da mesma forma, uma pessoa que conserva a sua peculiaridade pessoal e não esconde a sua identidade, quando se integra cordialmente numa comunidade não se aniquila, mas recebe sempre novos estímulos para o seu próprio desenvolvimento. Não é a esfera global que aniquila, nem a parte isolada que esteriliza. Aqui o modelo não é a esfera, pois não é superior às partes e, nela, cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e o outro. O modelo é o poliedro, que reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade. (EG, 2013, p. 185-186).

Tanto a ação pastoral como a ação política procuram reunir nesse poliedro o melhor de cada um. Ali entram os pobres com a sua cultura, os seus projetos e as suas próprias potencialidades. Até mesmo as pessoas que possam ser criticadas

pelos seus erros, têm algo a oferecer que não se deve perder. É a união dos povos, que, na ordem universal, conservam a sua própria peculiaridade; é a totalidade das pessoas numa sociedade que procura um bem comum que, verdadeiramente, incorpore a todos. Aos cristãos, esse princípio fala também da totalidade ou integridade do Evangelho que a Igreja transmite e envia a pregar. A sua riqueza plena incorpora todos. Nesse sentido, há muito, se sabe que a Boa Nova é a alegria de um Pai que não quer que se perca nenhum dos seus pequeninos. Assim nasce a alegria no Bom Pastor que encontra a ovelha perdida e a reintegra no seu rebanho. Logo, nunca é demais lembrar o seguinte:

O Evangelho é fermento que leveda toda a massa e cidade que brilha no cimo do monte, iluminando todos os povos. O Evangelho possui um critério de totalidade que lhe é intrínseco: não cessa de ser Boa Nova enquanto não for anunciado a todos, enquanto não fecundar e curar todas as dimensões do homem, enquanto não unir todos os homens à volta da mesa do Reino. O todo é superior à parte. (EG, 2013, p. 187).

No fundo, esses quatro princípios decorrem dos grandes postulados da Doutrina Social da Igreja, que constituem o “[...] o primeiro e fundamental parâmetro e referência para a interpretação e o exame dos fenômenos sociais.” (CDI, p. 161). A Doutrina Social da Igreja é um corpo doutrinário da Igreja Católica, constituído de orientações filosóficas e teológicas que promovem diretrizes éticas para a melhor organização econômica e política das sociedades humanas. Fundamentada numa forte tradição aristotélico-tomista, e, por meio de várias releituras dessa tradição, o desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja foi um processo lento e marcado pelos desafios e as desorientações políticas de diversas eras. Embora tenha sido um desenvolvimento orgânico de muitos séculos, sua formalização contemporânea se deu com o Papa Leão XIII na Carta Encíclica *Rerum Novarum*, na qual o Sumo Pontífice tratou da condição de penúria dos menos favorecidos e recomendou aos Estados-nação tomarem providências para pôr freios aos excessos do capitalismo liberal de seu tempo e, assim, amenizar os efeitos da pobreza, da instabilidade e da penúria, observadas àquela época em sua amplitude. Com o tempo, porém, as discussões da Doutrina Social da Igreja avançam, sempre acompanhando o contexto histórico, refletindo e intervindo nas discussões políticas e econômicas das diferentes épocas. À luz dos postulados edificantes daquela doutrina, o Papa Francisco, então, desenvolveu esses quatro princípios, os quais orientam, especificamente, o

desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo em que as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum.

CAPITULO III: IGREJA EM TRANSFORMAÇÃO

3.1 Notas preliminares

Neste capítulo, de início, será apresentado o conceito de Igreja “em saída”, tendo por base, diretamente, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, quando se pensa na necessidade de transformação missionária da Igreja. Em seguida, será discutida a questão da conversão pastoral e missionária, de modo que todas as comunidades se esforcem para que haja significativo avanço nesse caminho. Por fim, será tratada a missão encarnada nas limitações humanas, uma vez que a Igreja, que é discípula missionária, tem a necessidade de progredir na interpretação da Palavra revelada e na compreensão da verdade

3.2 A igreja “em saída”

O Papa João XXIII (1958-1963) anunciou no dia 25 de janeiro de 1959 a decisão de convocar um novo Concílio, há menos de 90 dias de sua eleição para sucessor de Pio XII (1939-1958). Um Concílio é uma série de reuniões de autoridades eclesiais com o objetivo de examinar e decidir sobre questões que envolvem a fé e os dogmas da Igreja Católica. Um dos mais importantes, na história da Igreja, foi o Concílio Vaticano II.

João XXIII anunciou a intenção de convocar o novo Concílio durante o discurso a um pequeno grupo de cardeais da Cúria Romana, reunidos para a celebração do encerramento da semana de orações pela unidade das igrejas, em Roma, na basílica de “São Paulo Fora dos Muros”.

Não se esperava de um Papa de tendência conservadora uma surpresa tão clamorosa, muito menos de um Papa quase octogenário. O anúncio chegou inesperado, imprevisto e surpreendente em quase todos os ambientes.

Naquela mesma reunião, o Papa falou de “tempos de renovação” (“*aggiornamento*”). Conforme ele explicou aos presentes, a Igreja estava de fato às portas de uma conjuntura histórica de densidade excepcional, na qual era necessário saber distinguir os sinais dos tempos. Queria um Concílio de transição de época, que

pudesse passar a Igreja da época “pós tridentina” - posterior ao Concílio de Trento - para uma fase nova de diálogo com a sociedade moderna.

Após o anúncio, deu-se uma primeira etapa: a fase ante preparatória (1959-1960) do Concílio. O Papa fez um convite a cada um dos bispos para indicar os problemas e os temas que o Concílio deveria enfrentar. Nos meses seguintes chegaram ao Vaticano cerca de dois mil pareceres do mundo inteiro. A maioria desses escritos testemunhava surpresa e desorientação.

Nada disso, no entanto, foi capaz de parar o evento. Logo depois da fase ante preparatória, seguiu-se a chamada preparação oficial (1960-1962). Uma Comissão Central, dominada pela Cúria Romana, foi colocada à frente de dez comissões que deveriam, por sua vez, preparar vários documentos temáticos. No decurso de pouco mais de dois anos de trabalho, a máquina preparatória produziu, a partir das sugestões enviadas, mais de setenta projetos de textos (“Esquemas”), dedicados a temas dos mais diversificados possíveis, coberto por espesso segredo e “embrulhado” na língua latina. Foi nessa fase também que ocorreu a convocação oficial do Concílio, no dia 25 de dezembro de 1961, através da bula Papal “*Humanae salutis*”.

Em outubro de 1962, deu-se início às *Aulas Conciliares*, nome oficial dado às sessões de debates/discussões entre os bispos participantes. Essas sessões se repetiram sempre entre os meses de outubro e dezembro dos outros três anos (1963-1965).

No dia 11 de outubro de 1962 João XXIII deu início ao Concílio em si. Ele seria realizado em 4 sessões, só terminando no dia 8 de dezembro de 1965. Como era a segunda vez que um Concílio era realizado no Vaticano, ele ficou conhecido como Concílio Vaticano II.

O Papa João XXIII faleceu entre a primeira e a segunda sessões do Concílio (junho de 1963), porém, isso não afetou o andamento do evento. Para seu lugar foi eleito Papa o arcebispo de Milão, cardeal Giovanni Battista Montini, que tomou o nome de Paulo VI (1963-1978) e deu sequência ao Concílio convocado por seu antecessor.

Isso não quer dizer que Paulo VI nada tenha feito. Ele procurou, por exemplo, ajustar o regulamento da assembleia conciliar. O novo líder da Igreja também procurou fazer uma intervenção para que os documentos fossem aprovados quase por unanimidade, de modo que o Concílio, assim, não passasse uma imagem à opinião pública de uma Igreja dividida. Para conseguir essa grande maioria, teve-se de aceitar numerosas emendas (*modi*) aos textos conciliares, por parte de uma minoria de

bispos, que tinha dificuldades em aceitar um documento sem correções, por considerá-lo demasiado “progressista”.

O Concílio Vaticano II pode ser definido, portanto, como uma série de reuniões de bispos com o intuito de alinhar a Igreja Católica com os “novos tempos”. A ideia central desse Concílio era modernizar a Igreja, reconectá-la com os seus fiéis, que vinham, pouco a pouco, se afastando. Por isso, diferentemente dos Concílios anteriores, marcados por anátemas e condenações em matérias de fé e moral, o Vaticano II foi chamado de “Concílio pastoral”, pois, visava à construção de um diálogo mais aberto com a sociedade.

Os debates nas assembleias conciliares não foram fáceis, porque tocaram em temas sensíveis do catolicismo. Discutiu-se, por exemplo, a relação com outras religiões, inclusive com outras Igrejas Cristãs, hierarquias, novas formas de se pensar a fé e a relação com os fiéis. Mas os debates não foram difíceis somente por isso. Eles provocaram tensões porque também havia diferentes formas de interpretar palavras como “atualização” e “modernização”.

Duas catequeses do próprio Papa Francisco ajudam a entender a visão que o Concílio Vaticano II definiu para a Igreja. Em uma delas, assim está exposto:

Gostaria de meditar brevemente sobre outra expressão com a qual o Concílio Vaticano II definiu a Igreja: ‘Povo de Deus’ (cf. Constituição Dogmática *Lumen gentium*, nº 9; Catecismo da Igreja Católica, n 782). E faço-o mediante algumas perguntas, acerca das quais cada um poderá refletir. O que quer dizer ser ‘Povo de Deus’? Antes de tudo, significa que Deus não pertence de modo próprio a qualquer povo, pois é Ele que nos chama, que nos convoca, que nos convida a fazer parte do Seu povo, e este convite é dirigido a todos, sem distinção, porque a misericórdia de Deus ‘deseja que todos os homens se salvem’. [...] Jesus não diz aos Apóstolos nem a nós que formemos um grupo exclusivo, um grupo de elite. Jesus disse: ‘Ide e ensinai todas as nações.’ (CPID, 2014, p. 48).

Em outra, discorrendo sobre a Igreja como corpo de Cristo, o Sumo Pontífice anotou:

Nesta catequese medito sobre uma outra expressão com que o Concílio Vaticano II indica a natureza da Igreja: a do corpo. O Concílio afirma que a Igreja é o Copo de Cristo (cf. *Lumen Gentium*, nº 7). Gostaria de começar a partir de um texto dos Atos dos Apóstolos, que nós conhecemos bem: a conversão de Saulo, que depois se chamará Paulo, um dos maiores evangelizadores (cf. At 9, 4-5). Saulo é um perseguidor dos cristãos, mas enquanto percorre o caminho que leva à cidade de Damasco, é repentinamente envolvido por uma luz, cai no chão e ouve uma voz que lhe diz: ‘Saulo, Saulo, por que Me persegues? Ele pergunta: ‘Quem és, Senhor?’, e aquela voz responde: ‘Sou Jesus, a quem tu persegues’. [...] Esta experiência de São Paulo revela-nos como é profunda a união entre nós, cristãos, e o próprio

Cristo. Quando Jesus subiu ao Céu, não nos deixou órfãos, mas com o dom do Espírito Santo a união com Ele tornou-se ainda mais intensa. O Concílio Vaticano II afirma que, 'comunicando o Seu Espírito, [Jesus] fez misteriosamente de todos os Seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que Seu próprio Corpo.' (CPID, 2014, p. 452).

Do Concílio Vaticano II, surgiam várias novidades. Os documentos aprovados, ao longo das quatro sessões do Vaticano II, foram: quatro Constituições- sobre a Liturgia (*Sacrosanctum Concilium*), sobre a Palavra de Deus (*Dei Verbum*), sobre a Igreja (*Lumen Gentium*) e sobre as relações da Igreja com a sociedade (*Gaudium et Spes*) –, nove Decretos (sobre o ecumenismo, sobre os bispos, sobre os leigos, por exemplo) e três Declarações (sobre a liberdade religiosa, sobre a educação e sobre as religiões não-cristãs). Esses documentos deveriam, a partir de então, orientar a Igreja em todo o mundo, das maiores e mais importantes basílicas e catedrais até as mais simples e recônditas igrejas.

Dentre os Decretos, especificamente, merece destaque um deles, porquanto, de maneira muito direta, trata da Igreja missionária, vale dizer, a Igreja em saída. Esse é Decreto *Ad Gentes*, que versa sobre a atividade missionária. Em seu Proêmio, ela assinala a vocação missionária da Igreja.

A Igreja, enviada por Deus a todas as gentes, para ser sacramento universal de salvação, por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens. Já os próprios Apóstolos em que a Igreja se alicerça, seguindo o exemplo de Cristo, pregaram a palavra da verdade e geraram as igrejas. Aos seus sucessores compete perpetuar esta obra, para que a palavra de Deus se propague rapidamente e seja glorificada, e o reino de Deus seja pregado e estabelecido em toda a terra (2 Ts 3,1). No estado atual das coisas, de que surgem novas condições para a humanidade, a Igreja, que é sal da terra e luz do mundo, é com mais urgência chamada a salvar e a renovar toda a criatura, para que tudo seja instaurada em Cristo e n'Ele os homens constituam uma só família e um só Povo de Deus. Por isso, este sagrado Concílio, agradecendo a Deus a grandiosa obra já realizada pelo esforço generoso de toda a Igreja, deseja delinear os princípios da atividade missionária e reunir as forças de todos os fiéis, para que o Povo de Deus, continuando a seguir pelo caminho estreito da cruz, difunda por toda a parte o reino de Cristo, Senhor e perscrutador dos séculos e prepare os caminhos para a sua vinda (AG, 1965)

Depois de estabelecer essas bases primeiras seja, o Decreto em foco, então, traz oito princípios doutrinários sobre a Igreja Missionária.

O primeiro é o desígnio do Pai de que a Igreja seja peregrina e, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o propósito de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo.

O segundo é a missão do Filho, isto é, para estabelecer a paz ou a comunhão com Ele e uma sociedade fraterna entre os homens, apesar de pecadores, Deus deliberou entrar, de modo novo e definitivo, na história dos homens, enviando o seu Filho ao mundo para, por Ele, arrancar os homens ao poder das trevas e n'Ele reconciliar o mundo consigo.

O terceiro é a missão do Espírito Santo, ou seja, mais precisamente, enviou Cristo o Espírito Santo da parte do Pai, para realizar no interior das almas a sua obra salvadora e impelir a Igreja à sua própria dilatação. Não há dúvida de que o Espírito Santo já atuava no mundo antes de Cristo ser glorificado. Contudo, no dia de Pentecostes, ele desceu sobre os discípulos para ficar para sempre com eles. A Igreja foi publicamente manifestada, diante de uma grande multidão. A difusão do Evangelho, entre os gentios, por meio da pregação, teve o seu início. A união dos povos numa catolicidade de fé foi esboçada de antemão na Igreja da nova Aliança, a qual fala em todas as línguas e entende e abraça todas as línguas na sua caridade, superando assim a dispersão de Babel.

O quarto é a Igreja enviada de Cristo, pois, o Senhor Jesus, logo desde o princípio chamou até Si alguns a quem Ele quis, e escolheu doze para andarem com Ele e para -os mandar a pregar. Continuando essa missão e explicitando, através da história a missão do próprio Cristo, que foi enviado a evangelizar os pobres de espírito, a Igreja, movida pelo Espírito Santo, deve seguir o mesmo caminho de Cristo: o caminho da pobreza, da obediência, do serviço e da imolação própria até à morte, morte de que Ele saiu vencedor pela sua ressurreição. Foi assim também que todos os Apóstolos caminharam na esperança completando com muitas tribulações e fadigas o que faltava aos trabalhos de Cristo pelo seu corpo, que é a Igreja.

O quinto é a atividade missionária da Igreja em seus diversos modos, tarefa essa que deve ser levada a cabo pelo sucessor de Pedro e com a oração e a cooperação de toda a Igreja, uma e mesma em toda parte, sejam quais forem os condicionalismos, embora difira quanto ao exercício conforme as circunstâncias. No entanto, as diferenças que, nessa atividade da Igreja se têm de reconhecer, não se

originam na natureza íntima da missão, mas nos condicionalismos em que essa missão se exerce. Esses condicionalismos tanto podem depender da Igreja como dos povos, dos agrupamentos ou até dos indivíduos a quem a missão se dirige. A Igreja, de fato, embora de si possua a totalidade ou à plenitude dos meios de salvação, não atua nem pode atuar sempre e imediatamente com todos eles, mas vai por tentativas, por passos na sua ação e no seu esforço de levar a efeito os desígnios de Deus. A cada condicionalismo e a cada situação devem corresponder ações apropriadas ou meios aptos para reforçar o propósito maior de Deus, que se fez homem entre os homens para lhes trazer a Boa Nova para a salvação de todos.

O sexto é a atividade missionária da Igreja, envolvendo suas causas e necessidades. A razão dessa atividade missionária vem da vontade de Deus, que quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade. Ora há um só Deus, e um só que é mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus, que se deu a si mesmo como preço de resgate por todos, e não há salvação em nenhum outro. Portanto, é preciso que todos se convertam a Cristo conhecido pela pregação da Igreja e que sejam incorporados, pelo Batismo, a Ele e à Igreja, seu corpo. O próprio Cristo, aliás, ao inculcar por palavras expressas a necessidade da fé e do Batismo, confirmou também, por isso mesmo, a necessidade da Igreja, na qual os homens se apresentam pelo Batismo, que é como que a porta de entrada. Por isso, não se poderiam salvar aqueles que, não ignorando que Deus fundou por intermédio de Jesus Cristo a Igreja como necessária, não quisessem, apesar disso, entrar nela ou nela perseverar. Por isso também, embora Deus, por caminhos que só Ele sabe, possa conduzir à fé, sem a qual é impossível Lhe ser agradável, aos homens que ignoram o Evangelho, sem culpa sua, incumbe à Igreja não só o dever, mas também o sagrado direito de evangelizar. Daí porque a atividade missionária conserva ainda hoje e deve conservar sempre toda a sua eficácia e a sua necessidade.

O sétimo refere-se à atividade missionária da Igreja na vida e na história humana, pois, a atividade missionária tem íntima conexão também com a própria natureza humana e suas aspirações. Com efeito, ao dar a conhecer Cristo, a Igreja revela, por isso mesmo, aos homens a genuína verdade da sua condição e da sua integral vocação, uma vez que Cristo é o princípio e o modelo da humanidade renovada e imbuída de fraterno amor, sinceridade e espírito de paz, à qual todos aspiram.

O oitavo diz respeito ao caráter escatológico da atividade missionária da Igreja, a qual se desenrola entre o primeiro e o segundo advento do Senhor, em que a Igreja há de ser reunida dos quatro ventos como uma colheita, no reino de Deus. Contudo, antes de o Senhor voltar, tem de ser pregado o Evangelho a todas as criaturas. Aqui explicita que a atividade missionária não é outra coisa, nem mais nem menos, que a manifestação ou epifania dos desígnios de Deus e a sua realização no mundo e na sua história, na qual Deus, pela missão, manifestamente vai tecendo a história da salvação. Pela palavra da pregação e pela celebração dos sacramentos de que a Eucaristia é o centro e a máxima expressão, torna presente a Cristo, autor da salvação. A atividade missionária tende assim para a plenitude escatológica: por ela se levanta e se vai edificando sobre os alicerces dos Apóstolos e dos profetas e com o próprio Cristo Jesus por pedra angular, o templo espiritual em que Deus é adorado em espírito e verdade.

Com esses princípios, percebe-se que a atividade missionária da Igreja, no mundo atual, já estava bem desenhada, a partir do Concílio Vaticano II, como se pode notar nos seguintes dizeres:

Enviada por Cristo a manifestar e a comunicar a todos os homens e povos a caridade de Deus, a Igreja reconhece que tem de levar a cabo uma ingente obra missionária. É que, na verdade, dois bilhões de homens, número que cresce de dia para dia, em grandes e determinados agrupamentos, unidos por laços estáveis de vida cultural, por antigas tradições religiosas, por estreitos vínculos de relações sociais, ou ainda não receberam a mensagem do Evangelho, ou mal ouviram falar dela; dentre eles, uns seguem alguma das grandes religiões, outros permanecem estranhos ao conhecimento de Deus, outros negam expressamente a sua existência, ou até mesmo a atacam. A fim de poder oferecer a todos o mistério de salvação e a vida trazida por Deus, a Igreja deve inserir-se em todos esses agrupamentos, impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu. (AG, 1965)

Abraão aceitou o chamado divino para deixar sua terra natal e seguir para uma nova terra. Moisés também ouviu o chamado de Deus para liderar seu povo na saída da escravidão egípcia. O profeta Jeremias ouviu Deus lhe dizer que ele iria onde fosse enviado (Jr 1,7). No ide e ensinai a todas as nações de Jesus, encontram-se presentes os cenários e desafios de qualquer missão de evangelização do passado e do presente. Quer dizer que todos são chamados à nova “saída” missionária. Cada cristão e cada comunidade tem de discernir qual é o caminho que Jesus lhe pede, porém, todos são convidados a aceitarem tal chamado, ou seja, são chamados a

saírem da comodidade que lhes toca e terem a coragem de irem a lugares ainda não visitados pela luz do Evangelho, levando a esses espaços periféricos a mensagem salvífica da Boa Nova.

A alegria do Evangelho, que preenche a vida dos discípulos, é uma alegria missionária. Tiveram experiência dela os setenta e dois discípulos, que voltam da missão repletos de alegria (Lc 10, 17). Sentem-na, cheios de admiração, os primeiros convertidos, no Pentecostes, ao ouvirem a pregação dos Apóstolos (At 2,6). Esta alegria é um sinal de que o Evangelho foi proclamado e está a frutificar. Entretanto, contém sempre a dinâmica do êxodo e do dom, de sair de si mesmo, “[...] de caminhar, e de semear sempre de novo, sempre mais além.” (EG, 2013, p. 20). A Palavra possui, em si mesma, tal potencialidade, a qual não é tão fácil de prever. O Evangelho fala da semente que, quando lançada à terra, floresce por si mesma, inclusive, quando o agricultor dorme (Mc 4, 2-29). A Igreja deve aceitar esta liberdade incontável da Palavra, que é eficaz a seu modo e sob formas tão diversas que muitas vezes escapam às pessoas, superando suas previsões e seus esquemas. A íntima relação da Igreja com Jesus é itinerante, e a comunhão reveste essencialmente a forma de comunhão missionária. Mantendo-se fiel ao modelo do Mestre, é crucial que a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as oportunidades, sem procrastinação, sem repugnâncias e sem receios. Desse modo, a “[...] alegria do Evangelho é para todo o povo, não sendo possível excluir ninguém [...]” (EG, 2013, p. 21).

A Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam os bons frutos. A comunidade missionária experimenta que Jesus tomou a iniciativa e precedeu-a no amor (1 Jo 4, 10). Por isso, ela sabe ir à frente, tomar a iniciativa sem temor, ir ao encontro, procurar os desgarrados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive um desejo inextinguível de oferecer misericórdia, por ter experimentado a infinita misericórdia divina. A Igreja sabe envolver-se, pois, aprendeu com Jesus, quando ele lavou os pés de seus discípulos. O fato é que com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida cotidiana das pessoas, encurta as distâncias, curva-se, se necessário for à humilhação, e assume a vida humana, “[...] tocando a carne sofredora de Cristo no povo.” (EG, 2013, p. 22).

Os evangelizadores contraem, assim, o odor de ovelhas e estas escutam sua voz. Em seguida, a comunidade evangelizadora dispõe-se a acompanhar.

Acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais difíceis e demorados que sejam. Conhece as longas esperas e o que é o suportar apostólico. A evangelização requer muita paciência e evita deter-se a considerar as limitações. A comunidade evangelizadora mantém-se atenta aos frutos, pois, é Jesus quem a quer fecundar. O semeador, quando percebe o joio no meio do trigo, não tem reações lastimosas ou alarmistas. Encontra o modo para fazer com que a “[...] Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova, apesar de serem aparentemente imperfeitos ou defeituosos.” (EG, 2013, p. 23). Significa dizer que o discípulo sabe oferecer a vida inteira e jogá-la até ao martírio como testemunho de Jesus, se for preciso para que a Palavra seja acolhida e manifeste sua força libertadora e renovadora. Assim, no meio da exigência diuturna de fazer avançar o bem, “[...] a evangelização jubilosa torna-se beleza na liturgia.” (EG, 2013, p. 23). Destarte, a Igreja evangeliza e se evangeliza com a beleza da liturgia, que é fonte de um renovado impulso para sair e se doar a todos que tem sede e fome da Palavra de Deus.

3.3 A conversão pastoral e missionária

O Concílio Vaticano II apresentou a conversão eclesial como a abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo:

Toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação. [...]. A Igreja peregrina é chamada por Cristo a esta reforma perene. Como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma. (EO, 2001, p. 19).

Existem estruturas eclesiais que chegam a condicionar um dinamismo evangelizador e, de igual maneira, as boas estruturas servem quando “[...] há uma vida que as anima, sustenta e avalia.” (EG, 2013, p. 25). Sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem uma Igreja fiel à sua própria vocação, toda e qualquer nova estrutura corre o risco de se corromper. É preciso, pois, uma opção missionária capaz de transformações, para que costumes, estilos, horários, linguagens, enfim, toda estrutura eclesial se converta num canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à sua autopreservação. Significa dizer o seguinte:

A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de ‘saída’ e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece sua amizade. (EG, 2013, p. 25-26).

A paróquia não pode se tornar uma estrutura caduca. Ela precisa ser vista em sua plasticidade, ou seja, a paróquia pode assumir formas muito diferentes que reclamam “[...] a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade.” (EG, 2013, p. 26). Como já era dito, se ela tiver a capacidade de se reformar e adaptar, de maneira contínua, será vista como “[...] a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas.” (CF, 1988, p. 26). Isso requer que ela esteja, de fato, em contato com as famílias e com a vida da comunidade, e não se apresente como uma estrutura complicada e separada da realidade das pessoas. Exige-se um outro perfil de paróquia, pois, é preciso ficar bem claro o seguinte: “A paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração.” (EG, 2013, p. 26-27). Por intermédio de todas as suas atividades, a paróquia impulsiona e forma os seus membros para serem agentes de evangelização, o que implica dizer o seguinte:

É comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de constante envio missionário. É preciso reconhecer, contudo, que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não frutificou de maneira suficiente, tornando-se ainda mais próximas das pessoas, enquanto âmbitos de viva comunhão e participação, orientando-se por completo para a missão. (EG, 2013, p. 27).

Demais instituições eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos sociais e outras formas de associação são uma riqueza evangelizadora da Igreja. Em geral, trazem um renovado ardor evangélico e uma capacidade de diálogo com o mundo. Entretanto, é muito importante que não percam o contato e se integrem de bom grado na pastoral orgânica da chamada Igreja particular, ou seja, aquela que se organiza dentro de uma diocese com suas respectivas paróquias. Esse enraizamento é fundamental para uma evangelização bem articulada, evitando-se que se formem núcleos evangelizadores autocéfalos. Cada Igreja particular, parte da Igreja sob guia de seu Bispo, é chamada à conversão missionária. Ela é o sujeito primário da evangelização, enquanto se constitui a manifestação concreta da Igreja de Cristo, que é una, santa, católica e apostólica. Ela é a Igreja inserida num espaço concreto, dotado de todos os meios de salvação dados por Jesus Cristo, porém, com sua face local. Nesse sentido, assim foi dito:

A sua alegria de comunicar Jesus Cristo exprime-se tanto na sua preocupação em anunciá-Lo noutros lugares mais necessitados, como numa constante saída para as periferias do seu território ou para os novos âmbitos socioculturais. Procura estar sempre onde fazem mais falta a luz e a vida do Ressuscitado. Para que o impulso missionário seja cada vez mais vigoroso, generoso e frutífero, cada uma das Igrejas particulares precisa entrar, de maneira decidida, num processo de discernimento, purificação e reforma. (EG, 2013, p. 28).

O Bispo deve propiciar sempre a comunhão missionária na sua Igreja diocesana, orientando-se pelo ideal das primeiras comunidades cristãs, na qual os fiéis tinham uma só coração e uma só alma (At, 4, 32). Para tanto, por vezes, o Bispo deve se colocar à frente para indicar o caminho e sustentar a esperança do povo. Outras vezes, precisa manter-se apenas no meio de todos com sua proximidade simples e misericordiosa. E, em certas circunstâncias, ainda, é pertinente que se coloque atrás do povo, para ajudar aqueles que estão atrasados e não se percam na caminhada.

Na sua missão de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, o Bispo deve estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canônico. É pertinente fazer aqui uma breve

referência aos principais cânones sobre o assunto. Entre os cânones 460-468, encontra-se a organização do Sínodo Diocesano (CDC,2023). Já os cânones 492-502 versam sobre o Conselho para os Assuntos Econômicos e os Ecônomo (CDC,2023). Por sua vez, os cânones 511-514 tratam do Conselho Pastoral (CDC,2023).

Além disso, deve buscar outras formas de diálogo pastoral, disposto a ouvir todos os concernidos, imbuído sempre do propósito missionário de fazer chegar a todos a evangelização.

E não é só, pois, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* também é dirigida ao próprio Bispo de Roma, O Papa, salientado que ele deve permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do seu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu lhe dar e às atuais necessidades da evangelização (EG, 2013, p. 29). Não por outra razão o referido documento assim proclama: “Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir este apelo a uma conversão pastoral.” (EG, 2013, p. 30). Aqui se faz importante a chamada colegialidade, haja vista que uma “[...] centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária.” (EG, 2013, p. 30). Uma Igreja missionária, em saída, não pode mais se orientar pela comodidade do sempre se fez assim. Ela precisa de certa dose de ousadia e criatividade em repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades. E não basta só uma identificação dos fins. É crucial, ainda, uma adequada busca comunitária dos meios para bem alcançá-los, pois, sem essa harmonia entre meios e fins, a missão evangelizadora se torna apenas um sonho ou uma mera fantasia.

No mundo atual, com a celeridade das informações e comunicações, bem como com a seletividade interessada dos conteúdos feita pelos meios digitais, a mensagem que é anunciada corre muito risco de aparecer fragmentada e reduzida a alguns dos seus aspectos apenas secundários. O problema se agrava quando a mensagem anunciada parece então identificada com esses aspectos secundários, obviamente importantes, mas que por si só não expressam o cerne, o coração, da mensagem de Jesus Cristo. Significa dizer que uma pastoral missionária obcecada pela transmissão desarticulada de uma imensidade de doutrinas impostas à força tende ao fracasso. Assim, é muito importante ter clareza do seguinte:

Quando se assume um objetivo pastoral e um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções nem exclusões, o anúncio

concentra-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário. A proposta acaba simplificada, sem com isso perder profundidade e verdade, e assim se torna mais convincente e radiosa. (EG, 2013, p. 32).

As verdades reveladas procedem da mesma fonte divina e são acreditadas com a mesma fé, porém, algumas delas são mais importantes porque expressam, mais diretamente, o coração do Evangelho. Nesse núcleo fundamental, o que sobressai é a beleza do amor salvífico do Deus manifestado em Jesus Cristo. Por isso, o Concílio Vaticano II afirmou existir uma hierarquia das verdades da doutrina católica, haja vista que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente. E isso é válido tanto para os dogmas da fé, quanto para o conjunto dos ensinamentos da Igreja, incluindo a doutrina moral.

A propósito, São Tomás de Aquino, resgatado aqui pela Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, já lecionava que, com relação à doutrina moral da Igreja, há uma hierarquia nas virtudes e ações que dela procedem (AQUINO, ST, Ia.-IIae, q. 66, a. 4-6). No fundo, o que conta são as obras do amor ao próximo e, por isso, a misericórdia é a virtude por excelência, tal como se pode notar nos seguintes dizeres:

Em si mesma, a misericórdia é a maior das virtudes; na realidade, compete-lhe debruçar sobre os outros e – o que mais conta – remediar as misérias alheias. Ora, isto é tarefa especialmente de quem é superior; é por isso que se diz que é próprio de Deus usar de misericórdia e é, sobretudo nisto, que se manifesta a sua onipotência. (AQUINO, ST, IIa., IIae., q. 30, a. 4).

Essa noção essencial da misericórdia de Deus não pode ser esquecida; ao contrário, dela se deve fazer memória o tempo todo, para que se compreenda bem que culto se presta a Deus. E aqui, uma vez mais, ecoam as palavras de São Tomás de Aquino, também lembradas na Exortação Apostólica em foco, quais sejam:

O nosso culto a Deus com sacrifícios e com ofertas exteriores não é exercido em proveito d'Ele, mas nosso e do próximo. Na realidade, Deus não precisa dos nossos sacrifícios, mas deseja que Lhe sejam oferecidos para nossa devoção e utilidade ao próximo. Por isso a misericórdia, pela qual se socorre a miséria alheia, é o sacrifício que mais Lhe agrada, porque assegura mais de perto o bem do próximo. (ST, IIa.-IIae., q. 40, a. 4, ad. 1).

Quando a pregação é fiel ao Evangelho, manifesta-se com clareza a centralidade de algumas verdades, pois, o “[...] Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e salva, reconhecendo-O nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos.” (EG, 2013, p. 34-35). Todas as virtudes estão a serviço dessa resposta de amor. Se tal convite não reluz com vigor, corre-se o risco

de não se anunciar o Evangelho, “[...] mas algumas acentuações doutrinárias ou morais, que derivam de certas opções ideológicas.” (EG, 2013, p. 35). Coloridos ideológicos, sejam eles quais forem, não têm o verdadeiro frescor do Evangelho e sua mensagem sempre atual naquilo que ele contém de essencial, um Deus misericordioso, um Deus cuja beleza é seu amor salvífico anunciado a todos por Jesus Cristo, morto e ressuscitado.

3.4 A missão encarnada nas limitações humanas

A Igreja, enquanto discípula missionária, tem a necessidade de crescer na sua interpretação da Palavra revelada e na sua compreensão da verdade. É fato que há, dentro da Igreja, muitas questões em torno das quais se indaga e se reflete com grande liberdade.

As várias linhas de pensamento filosófico, teológico e pastoral, quando se deixam harmonizar pelo Espírito no respeito e no amor, podem ajudar nesse crescimento da Igreja, porque ajudam a explicar melhor o tesouro da Palavra.

Para entender bem isso, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, outra vez, se socorre das lições de São Tomás de Aquino. O Doutor Angélico sublinhava que a multiplicidade e a distinção “[...] provêm da intenção do primeiro agente” e d’Aquele que quis que “[...] aquilo que faltasse a cada coisa para representar a bondade divina fosse compensado pelas outras”, porque Sua bondade “[...] não poderia ser representada convenientemente por uma só criatura” (ST I, q. 47, a. 1).

Por isso, é preciso captar a veracidade das coisas nas suas múltiplas relações (ST I, q. 47, a. 2). Logo, por análogas razões, há a necessidade de se ouvir uns aos outros e de se completar na recepção das diferentes realidades, dentro do horizonte da mensagem do Evangelho. Em outros termos, “[...] a realidade é que tal variedade ajuda a manifestar e desenvolver os diversos aspectos da riqueza inesgotável do Evangelho.” (EG, 2013, p. 36).

Claro que as enormes e rápidas mudanças culturais exigem que se preste bastante atenção ao se exprimir as verdades de sempre numa linguagem que possibilite reconhecer a sua inafastável novidade. Muitas vezes, ao ouvirem uma linguagem ortodoxa, aquilo que os fiéis recebem, devido à linguagem de que se utilizam, é algo que não corresponde ao verdadeiro Evangelho de Jesus Cristo. O risco disso é o seguinte:

Com a santa intenção de lhes comunicar a verdade sobre Deus e o ser humano, em algumas ocasiões, damos-lhes um falso deus ou um ideal humano que não é verdadeiramente cristão. Deste modo, somos fiéis a uma formulação, mas não transmitimos a substância. Este é o risco mais grave.” (EG, 2013, p. 37).

Entretanto, não se pode jamais tornar os ensinamentos da Igreja uma realidade facilmente compreensível e alegremente apreciada por todos, pela simples razão que a fé conserva sempre um aspecto da cruz. Por isso, há coisas que se “[...] compreendem e apreciam só a partir desta adesão que é irmã do amor [...].” (EG, 2013, p. 37-38)

Significa dizer que amor e cruz caminham juntas. No seu contínuo discernimento, a Igreja pode até chegar a reconhecer costumes próprios não ligados diretamente ao núcleo substancial do Evangelho, alguns deles muito enraizados no curso da história, que hoje já não são interpretados do mesmo modo e cuja mensagem não é assimilada de modo adequado, os quais podem, inclusive, ser revestidos de alguma beleza, mas que não prestam o mesmo serviço à transmissão do Evangelho. A respeito desse cenário, a Exortação Apostólica em apreço tem uma fala translúcida:

Não tenhamos medo de revê-los! Da mesma forma, há normas ou preceitos eclesiais que podem ter sido muito eficazes noutras épocas, mas já não têm a mesma força educativa como canais de vida. São Tomás de Aquino sublinhava que os preceitos dados por Cristo e pelo Apóstolos ao povo de Deus ‘são pouquíssimos’. (EG, 2013, p. 38).

O Evangelho não existe para tornar pesada a vida dos fiéis e nem transformar a religião cristã numa escravização, quando a misericórdia de Deus é, sobretudo, libertadora. A propósito, assim está assinalado:

Esta advertência, feita há vários séculos, tem uma atualidade tremenda. Deveria ser um dos critérios a considerar, quando se pensa numa reforma da Igreja e de sua peregrinação que permita realmente chegar a todos. (EG, 2013, p. 39)

Aliás, a Exortação Apostólica, ora sob exame, se aproxima do Catecismo da Igreja Católica, quando este assim estabelece: “A imputabilidade e responsabilidade de um ato podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, inadvertência, violência, medo, hábitos, afeições desordenadas e outros fatores psíquicos ou sociais.” (CIC, 2017, p. 473). A liberdade é o poder, baseado na razão e na vontade, de agir ou não agir, vale dizer, de praticar ou não atos deliberados. Pelo livre-arbítrio, cada qual dispõe de si mesmo. A liberdade é uma força de crescimento e amadurecimento na verdade e na bondade. Ela atinge sua perfeição quando está ordenada para Deus. Enquanto não se tiver fixado em seu bem último, que é Deus, a

liberdade comporta a possibilidade de escolher entre o bem e o mal, ou seja, de crescer em perfeição ou aprisionar-se em vícios. Quanto mais pratica o bem, mais a pessoa se torna livre. Não há verdadeira liberdade a não ser a serviço do bem. A liberdade torna o ser humano responsável pelos seus atos, na medida em que foram voluntários.

Assim, sem mitigar o valor do ideal evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se vão construindo paulatinamente. É salientando, inclusive, que “[...] o confessor não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor que nos incentiva a praticar o bem possível.” (QUILIS

EG, 2013, 39). As limitações humanas existem e colocam as pessoas diante de situações difíceis na vida. Contudo, como lembra bem a Exortação Apostólica em apreço, é preciso que fique assentado o seguinte:

Um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente corretamente de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades. A todos deve chegar a consolação e o estímulo do amor salvífico de Deus, que opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das quedas. (EG, 2013, p. 40).

Observa-se, assim, que o compromisso evangelizador se move por entre as limitações da linguagem e das circunstâncias. Busca comunicar cada vez melhor a verdade do Evangelho num contexto determinado, sem renunciar à verdade, ao bem e à luz que pode dar quando a perfeição não é possível. Um coração missionário está consciente dessas limitações, fazendo-se “fraco com os fracos [...] e tudo para todos.” (1 Cor 9, 22).

Uma Igreja em saída não se fecha, não opta pela autodefesa, pois, sabe que ela também deve crescer na compreensão do Evangelho e não renuncia ao bem possível, mesmo que corra “[...] o risco de sujar-se com a lama da estrada.” (EG, 2013, p. 40). Igreja em saída é aquela que se arrisca para evangelizar em nome do amor salvífico de Deus, o qual se opera em cada pessoa, de modo que ela supere suas próprias limitações. A Igreja «em saída» é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. A propósito, o Papa Francisco, na *Lettera Apostolica in Forma de Motu Proprio Ad theologiam promovendam*, assinalou o seguinte: “A una Chiesa sinodale, missionaria ed ‘in uscita’ non può che corrispondere una teologia ‘in uscita’.” (MP, 2023). A mensagem papal é bastante clara: a uma Igreja sinodal,

missionária e ‘em saída’ só pode corresponder uma ‘teologia em saída’. Significa dizer que para existir uma Igreja em saída é preciso que também se estude e se aprenda uma teologia em saída.

A Igreja é chamada a ser sempre a casa aberta do Pai. Um dos sinais concretos desta abertura é ter, por todo o lado, igrejas com as portas abertas. Assim, se alguém quiser seguir uma moção do Espírito e se aproximar à procura de Deus, não esbarrará com a frieza de uma porta fechada. Contudo, existem outras portas que também não se devem fechar: todos podem participar de alguma forma na vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade. É preciso sempre lembrar daquele sacramento que é a «porta»: o Batismo. A Eucaristia, embora constitua a plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os caídos. Muitas vezes se age como controlador da graça e não como facilitador. Entretanto, a Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa.

Se a Igreja inteira assume este dinamismo missionário, há de chegar a todos, sem exceção. Mas, a quem se deve dar atenção preferencial? Quando se lê o Evangelho, se encontra uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas, sobretudo, aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos, àqueles que não têm com que retribuir. Hoje e sempre, os pobres são os destinatários preferenciais do Evangelho e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Ele não pode jamais ficar abandonados à própria sorte. Nesse sentido, são expressivos os seguintes dizeres:

Saiamos, saiamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. (EG, 2013, p. 42-43).

Mais do que o reçar falhas, espera-se encerrar nas estruturas que dão uma falsa proteção para as coisas, nas normas que transformam misericordiosos em juízes implacáveis, enquanto lá fora há uma multidão faminta e sedenta de ouvir, nos tempos

atuais, tão desafiadores e desconcertantes, a Boa Nova de Jesus Cristo, cujo fardo é e será sempre leve.

5. CONCLUSÃO

O mundo contemporâneo se apresenta recheado de desafios políticos, econômicos, sociais e culturais de toda ordem. A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, registra a necessidade de renovação e comunicação da alegria da evangelização, diante de um cenário mundial de enormes desalentos humanos e sociais.

A nova evangelização tem seus pilares fundamentais, quais sejam, a causa missionária, a ação missionária e a pastoral missionária. É bem verdade que essa nova evangelização traz um aspecto de dever da Igreja, contudo, não como um dever de uma instituição orgânica e hierárquica apenas, mas, sobretudo, como um povo que peregrina para o conhecimento da Palavra de Deus.

Trata-se de uma evangelização saída da noção de povo, capaz de se tornar uma pregação personalizada tanto aos mais próximos, quanto aos mais distantes. Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo e, por isso, a alegria do Evangelho tem preocupações relacionadas, de maneira bem direta, com a dimensão social da vida, porquanto, se essa dimensão não estiver bem esclarecida, há o risco de se descaracterizar o sentido autêntico e integral de uma missão evangelizadora que a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* tem como verdadeiro propósito, qual seja, ensinar o amor misericordioso de Deus.

Para que esse ensinamento, que preenche a vida, seja bem assimilado e efetivado, é preciso entender, com a máxima clareza possível, o conceito de Igreja “em saída”, isto é, uma Igreja disposta a empreender todos os esforços para ir ao encontro do outro, do mais próximo ao mais distante, vivendo o processo de renovação da ação missionária.

A Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam os bons frutos. A comunidade missionária experimenta que Jesus tomou a iniciativa e precedeu-a no amor. Por isso, ela sabe ir à frente, tomar a iniciativa sem temor, ir ao encontro, procurar os desgarrados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Essa Igreja vive um desejo inabalável de oferecer misericórdia, por ter experimentado a infinita misericórdia divina.

A Igreja da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sabe envolver-se, posto que aprendeu com Jesus, quando Ele lavou os pés de seus discípulos. O fato é que com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida cotidiana das pessoas,

encurta as distâncias, curva-se à humilhação, se for necessário, e assume a vida humana. Trata-se da pregação que se pode realizar durante um diálogo ou aquela que um missionário realiza quando leva a Boa Nova a um lar. Ser discípulo significa ter disposição permanente para levar a todos, em qualquer tempo e espaço, o amor de Jesus Cristo. Uma Igreja em saída não se enclausura, não opta pela autodefesa, porquanto, ela sabe que também deve crescer na compreensão do Evangelho, além de não renunciar ao bem possível, mesmo que corra os inevitáveis riscos do contato com as coisas do mundo. Igreja em saída é igreja que se arrisca para evangelizar em nome do amor salvífico de Deus, o qual se opera em cada pessoa, de modo que ela supere suas próprias limitações.

Nessa modalidade de pregação, caracterizada pela respeitabilidade e amorosidade, o primeiro momento é um diálogo pessoal, no qual a outra pessoa se expressa e partilha suas alegrias, suas esperanças, suas preocupações com seus entes queridos, enfim, com muitas coisas que tocam o seu coração. Só depois dessa conversa é que se torna possível apresentar-lhe a Palavra, seja pela leitura de algum versículo ou de modo narrativo, mas sem jamais deixar de recordar o anúncio primordial: aquele amor pessoal de Deus que se fez homem, entregou-se a si mesmo por todos e, vivo, oferece sua amizade e sua salvação.

Repertórios ideológicos, sejam eles quais forem, não trazem o verdadeiro frescor do Evangelho e sua mensagem sempre atual naquilo que ele contém de essencial, um Deus misericordioso, um Deus cuja beleza é seu amor salvífico, anunciado a todos por Jesus Cristo, morto e ressuscitado.

A alegria do Evangelho preenche o coração e a vida inteira de todos aqueles que se encontram com Jesus Cristo. Aqueles que se deixam salvar por Ele, são libertados não só do pecado, mas também da tristeza, do isolamento, do vazio interior. É com Jesus Cristo, com seu ensinamento maior de amor gratuito e incondicional, que se renova a alegria na vida de cada pessoa.

Enfim, essa alegria se renova sem cessar, uma vez que ninguém pode tirar a dignidade desse amor infinito e inabalável de Jesus, que se entregou para que todos tivessem vida abundante. É esse amor invencível que possibilita a cada um de nós erguer a cabeça e recomeçar sempre, mesmo diante das mais difíceis situações da vida contemporânea, posto que nem a humilhação da cruz jamais foi, é e será capaz de abalar a alegria transbordante desse amor imortalizado no Cristo ressuscitado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Trad. de Aldo Vannucchi *et al.* São Paulo: Loyola, 2002. v. I.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Trad. de Aldo Vannucchi *et al.* São Paulo: Loyola, 2002. v. III.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Trad. de Aldo Vannucchi *et al.* São Paulo: Loyola, 2002. v. IV.

BÍBLIA. Eclesiástico. português. **Bíblia de Jerusalém**. Trad. de Benjamim Carreira de Oliveira *et al.* São Paulo: Paulus, 2002. 2206 p. 1147.

BÍBLIA. Lucas. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução de Samuel Martins Barbosa *et al.* São Paulo: Paulinas, 1981. 1663 p.

BÍBLIA. Matheus. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução de Samuel Martins Barbosa *et al.* São Paulo: Paulinas, 1981. 1663 p.

BÍBLIA. Matheus. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução de Samuel Martins Barbosa *et al.* São Paulo: Paulinas, 1981. 1663 p.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução de Samuel Martins Barbosa *et al.* São Paulo: Paulinas, 1981. 1663 p.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 934 p.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. DISPONÍVEL EM: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cbishops/pcal/documents/rc_cbis_hops_pcal_20070514_intro-aparecida_po.html. Acesso em: 22 nov. 2023

ISMAEL QUILES, S.J. **Filosofía de la educación personalista**. Buenos Aires: Depalma, 1981. 253 p.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Fides et Ratio** 14 set. 1998. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

JOÃO PAULO II **Exortação Apostólica pós-sinodal Ecclesia in Oceania**. 22 nov. 2001. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20011122_ecclesia-in-oceania.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

JOÃO PAULO II, **Exortação Apostólica pós-sinodal Ecclesia in Asia**. 6 nov. 1999. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19991106_ecclesia-in-asia.html.

ii/pt/apost_exhortations/documents /hf_jp-ii_exh_06111999_ecclesia-in-asia.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

JOÃO PAULO II. **Meditação na Primeira Congregação Geral da XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos**. 08 out. 2012. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20121026_message-synod_po.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si'**. 24 maio 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

FRANCISCO. **«MOTU PROPRIO» Ad Theologiam promovendam**. 01 nov. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/it/motu_proprio/documents/20231101-motu-proprio-ad-theologiam-promovendam.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 230 p.

FRANCISCO. **O mistério da Igreja – Catequeses do primeiro ano do pontificado – Igreja, Povo de Deus**. ed. São Paulo: Paulus, 2014. 48 p.

PAULO. VI **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi**. 8 dez. 1975. disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em 22 nov. 2023.

PLATÃO. **Górgias**. Trad. de Daniel R.N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2011. 480 p.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 2 abr. 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em 22 nov. 2023.